

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 05-02-2018.

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Rodrigo Maroni. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: de autoria de Alvoni Medina, o Projeto de Lei do Legislativo nº 300/17 (Processo nº 2746/17); de autoria de Mônica Leal, o Projeto de Lei do Legislativo nº 364/17 (Processo nº 3144/17); de autoria de Sofia Cavedon, Adeli Sell, Cláudio Janta e Dr. Thiago, o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/17 (Processo nº 2066/17). A seguir, foi apregoado documento de autoria de Mônica Leal, informando, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 227 do Regimento, sua participação, no dia cinco de fevereiro do corrente, em sessão solene de posse da nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, às quatorze horas, e em reunião da Comissão Executiva Estadual da Mulher Progressista, às dezesseis horas, Porto Alegre. Também, foi aprovado Requerimento de autoria de Professor Wambert, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia cinco ao dia onze de fevereiro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança Gilson Padeiro, informando-o que integraria a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Adeli Sell e Reginaldo Pujol, este em tempo cedido por Airto Ferronato. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra, Marcelo Sgarbossa, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Moisés Barboza, Ricardo Gomes, Fernanda Melchionna, Mauro Pinheiro, Felipe Camozzato e Mauro Zacher. Na oportunidade, o Presidente declarou Karen Santos empossada na vereança do dia cinco ao dia oito de fevereiro do corrente, em substituição a Prof. Alex Fraga, em Licença para Tratar de Interesses Particulares, informando-a que integraria a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Também, o Presidente declarou Mauro Zacher empossado na Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL. Em continuidade, foram apregoados os seguintes Requerimentos, deferidos pelo Presidente: de autoria de Mauro Zacher, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Legislativo nº 078/11 (Processo nº 2163/11); de autoria de José Freitas, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 011/17 (Processo

nº 2031/17). Às dezesseis horas e quatro minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 009/18 (Processo nº 0144/18). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 149/17 (Processo nº 1341/17), por vinte e sete votos SIM e um voto NÃO, após ser encaminhado à votação por Moisés Barboza, Fernanda Melchionna, Cláudio Janta, Sofia Cavedon e Adeli Sell, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e votado Não João Carlos Nedel. Na oportunidade, o Presidente registrou o transcurso do aniversário de Idenir Cecchim. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 191/17 (Processo nº 2799/17), por vinte e cinco votos SIM, após ser encaminhado à votação por José Freitas e Sofia Cavedon, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Gilson Padeiro, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Sofia Cavedon. Após, foi apregoado o Memorando nº 001/18, do Presidente, informando que Valter Nagelstein, Idenir Cecchim, Comandante Nádia e Mônica Leal representariam externamente este Legislativo, no dia cinco de fevereiro do corrente, em sessão solene de posse da nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento de autoria de Mauro Pinheiro, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 152/17 (Processo nº 1354/17). Também, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Valter Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 156/17 (Processo nº 1389/17), por vinte e cinco votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Gilson Padeiro, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulo Brum, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. A seguir, foi aprovado Requerimento de autoria de Mendes Ribeiro, solicitado o adiamento, por cinco sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 079/16 (Processo nº 0898/16). Às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Sofia Cavedon, em tempo cedido por Adeli Sell, André Carús, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo e Cláudio Janta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Cassio Trogildo. Em PAUTA, Discussão Preliminar, 1ª Sessão, estiveram os Projetos de Lei do Legislativo nºs 342 e 343/17,

discutidos por Cassio Trogildo. Durante a Sessão, Cassiá Carpes e Cláudio Janta manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Juliano Soares, vereador de Santa Maria – RS. Às dezessete horas e trinta e sete minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Valter Nagelstein, Mauro Pinheiro e Cláudio Janta e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo o Memorando s/nº, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação, no dia 5 de fevereiro de 2018, na Sessão Solene de posse da Administração 2018-2019 do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul e, a partir das 16h, da convocação da Executiva Estadual da Mulher Progressista.

O Ver. Professor Wambert solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 5 de fevereiro de 2018 a 11 de fevereiro de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Gilson Padeiro, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Urbanismo, Transporte e Habitação – CUTHAB.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Ver. Janta, secretariando a Mesa neste momento; colegas Vereadoras e Vereadores; é por demais gratificante começar o ano de 2018 num Grande Expediente para poder expor algumas das questões que considero fundamentais para este Parlamento em 2018. Para começar, quero falar especificamente com as Lideranças do Governo, com a base do Governo. Eu espero que este ano seja um ano de diálogo, seja um ano em que a palavra resiliência se torne efetiva, espero que sejamos escutados, que possamos demandar e que as nossas demandas não sejam consideradas futricas ou uma afronta ao Governo, ao titular do Palácio, do Paço Municipal, ou aos Srs. Secretários, às Sras. Secretárias. Eu espero que, neste ano de 2018, o Governo envie para esta Câmara projetos de lei que tenham base legal, que tenham sustentação na Constituição, na Lei Orgânica do Município.

Neste ano, estamos na CCJ sob a Presidência do Dr. Thiago e, como Vice, temos o Ver. Pablo, nós, os sete Vereadores da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão pela qual passam, senhoras e senhores, todos os projetos desta Câmara Municipal, e estaremos lá para cumprir o nosso papel de fiscalização e de verificação na

questão legal de todos os processos. No ano passado, nós nos deparamos com vários problemas de debilidades dos projetos do Executivo, inclusive de afrontas à legislação em vigor.

Eu sou obrigado a falar algumas coisas sobre o estado da nossa Cidade, mas quero falar também de alguns temas mais gerais. Não vou perder muito tempo aqui porque todo mundo sabe que a Cidade estava abaixo de matagal e que o lixo está por todos os lugares. Quero falar, sim, da cidade de Porto Alegre, desta Cidade que já foi considerada uma das cidades mais bonitas do País! Porto Alegre foi considerada uma cidade exemplar pela sua modernidade, pelo seu progresso, pelo seu desenvolvimento, Ver. Aldacir Oliboni, meu Líder. Eu quero falar também dos problemas com os quais se depara a nossa Cidade ao longo dos anos.

Mais especificamente em 1970, esta Cidade deixou de ter o seu bonde. É muito importante lembrar neste momento que, em 1970, Ver. Pujol, foi interrompido o serviço de bondes na Cidade; começou a vigorar um outro tipo de transporte coletivo, Ver.^a Fernanda Melchionna, onde imperou o ônibus, carcaças mais caras, combustível mais caro, com pneus – tudo se encareceu. Também eu lembro que há 60 anos, em 1958, se fez a travessia do Guaíba; foi um progresso, indiscutivelmente, e os Governos local, Estadual e Federal deveriam ter pensado não só em manter o calado do Cais Mauá, Navegantes, mas também em aumentá-lo, porque é viável a hidrovia do Mercosul, Ver. Freitas, Ver. Alvoni. Começou, portanto, na década de 1960, 1970, o abandono da navegação pluvial, e, junto com isso, em 1970, Ver. Paulinho Motorista, acabou o bonde, veio o ônibus, e não se deu a devida valorização ao transporte coletivo de passageiros de massa. Nós, neste ano, temos que nos deparar, Ver. Paulinho, com essa questão de novo, e V. Exa. é doutor nesse assunto.

Nós vamos chamar aqui, por exemplo, um ex-Vereador que escreveu um livro magnífico sobre a Carris, o Ver. Ciro Martini, em que ele mostra a incongruência de ter abandonado o serviço dos bondes para o serviço de ônibus sem pensar num projeto global. E digo mais: aqui temos vários colegas que querem ser Deputados Estaduais. Aqueles colegas que vão concorrer a Deputado Estadual e a Federal, V. Exas. têm uma pauta fundamental: a pauta da região metropolitana, porque ninguém faz transporte coletivo de passageiros só no Município, só em Porto Alegre. É preciso ter uma atividade que observe que nós temos aqui uma conurbação urbana que precisa ter um transporte coletivo integrado.

Hoje, a passagem da Trensurb foi a R\$ 3,30, 94% a mais, numa tacada. É verdade que há muitos anos não havia nem a recuperação da inflação, mas um aumento descomunal desses bate não só no bolso do usuário, mas também no dos empresários, que precisam pagar o vale-transporte.

Eu quero falar, sim, desta Porto Alegre que começou, neste período de 1970 para cá, o seu processo de paralisia e de involução. Eu já dei um marco, eu já dei algumas razões para que isso acontecesse, mas também quero traçar aqui algumas questões que serão retomadas logo depois do carnaval, porque, na quinta-feira depois do carnaval, Ver. João Carlos Nedel, estaremos aqui num período de Comunicações que eu solicitei para debater o comércio da Cidade, Camozzato, 160 anos da Associação

Comercial de Porto Alegre, que começou com uma Praça do Comércio em Porto Alegre.

Quero dizer que, neste ano, nós temos muitas coisas a comemorar, e esta Casa tem que se somar na construção de um conjunto de efemérides.

Fiquei sabendo pelo pessoal do nosso Memorial – aqui estão o Jorge Barcelos, a Cláudia e a toda a equipe a nos ouvir – que tem uma exposição – e, inclusive, eu espero que todos os Vereadores aprovelem, porque eu farei um requerimento – dos 50 anos do maio de 1968.

Nós queremos fazer um debate também sobre as repercussões do maio de 1968, sobre a economia, sobre o Direito. Sei, inclusive, de um professor que tem um estudo sobre a influência do maio de 1968 sobre o Direito.

Mas tem mais: quero lembrar aos colegas aqui, Ver. Flecha, V. Exa. que tem aqui lidado e me guiado com alguns exemplos importantes do combate ao racismo. Não só no dia 21 de março trabalharemos no dia de combate ao racismo. Desde o dia 13 de maio de 1888, agora, portanto, quantos anos nós teremos uma data cheia para discutirmos a abolição da escravatura pela Lei Áurea. Nós vamos poder neste ano lembrar dos 55 anos da marcha de Martin Luther King. Lembro a famosa fala de Martin Luther King. Quando todos diziam que haveria confronto e mortes, Martin Luther King puxou uma grande marcha pacifista, pacificadora, na qual ele começou o seu discurso dizendo: “Eu tenho um sonho.” Ver. Flecha Negra, nós temos sonhos de viver em uma cidade igualitária, democrática, sem grenalização permanente. Vamos fazer nossas piadas, Ver. Pujol, sobre o nosso Grêmio contra os colorados que estão aqui, mas na política é preciso fazer disputa conceitual – conceitual! – sobre o futuro da cidade. Que cidade queremos?

De 1985 para cá, a maioria dos governos se reivindicava de ser ou de esquerda ou de centro-esquerda. Hoje não, há um governo que faz disputas aqui, e eu disse que essa disputa não nos interessa, porque nós estamos em nível municipal e as pessoas precisam ter seu lixo recolhido. Nós não vamos aceitar que o atual governo, para se fortalecer como uma ponta de lança da direita no País, use Porto Alegre para acabar com o DMAE, para acabar com a Carris. Não! Essas políticas não passarão, porque nós estaremos aqui atentos e vigilantes nessa e noutras questões.

Tem mais. Há dias, o Ver. Pujol, o Ver. Valter e eu fomos visitar o Teatro São Pedro. Este ano, Ver. Pujol, 160 anos do Teatro São Pedro. Ele está quase pronto. Nós precisamos ajudar a incentivar para que tenha a condição de recolher os últimos milhares de reais com a lei de incentivo para concluir o adendo do Teatro São Pedro. São 160 anos de história, Ver. Sgarbossa; como são também 160 anos de história da Igreja da Conceição, Ver. Nedel; 140 anos do Santuário São Rafael. Já solicitei para V. Exa., somos de partidos diferentes, temos uma preocupação com o turismo religioso, nós estaremos juntos, como estarei junto com aqueles que defendem o patrimônio histórico e cultural, Ver. Carús, para defender aquele prédio magnífico que faz este ano 90 anos e foi restaurado, que é a nossa gloriosa Galeria Chaves.

Para concluir, tem alguns temas; um deles, Ver. Carús, puxado por V. Exa., por mim, pelo Ver. Pujol e outros, em que fomos coadjuvantes, que é a Lei do

Mobiliário Urbano. Está na Ordem do Dia esse debate. Eu já procurei o Secretário. Se querem uma lei que seja de autoria do Executivo, tragam-na, porque nós temos a nossa assinada por 22 Vereadores. Tem mais. O Código de Posturas de 1975 está ultrapassado. Tenho aqui, na minha mesa, o projeto que recebi para dar parecer, depois disseram que tinha sido sustado.

O Código de Convivência teve o debate iniciado aqui nesta Casa. Foram centenas de reuniões, ele está muito bem feito, muito bem elaborado. Não deveria ser feita nenhuma grande emenda, porque ele está perfeito para a nossa atualidade. E foi construído lá no Paço Municipal, inclusive com a ajuda da Rosi Chaves, que estava cedida, exatamente, para ajudar a compor esse projeto de lei, entre outros.

Ver. Moisés Barboza, V. Exa. que tem ouvido esse discurso aqui, eu falei para o Governo, falei para os colegas, falei para a Cidade e vou continuar falando, na mesma trilha, em construir uma cidade renovada, aquela Porto Alegre de 1890 até 1940, com gente vigorosa, com arquitetura moderna, com comércio vibrante, com o Porto funcionando. Tudo isso pode voltar, depende de nós, depende de Porto Alegre, mas depende, fundamentalmente, da boa vontade do Paço Municipal. V. Exas. têm um papel importante de trazer de volta o diálogo para esta Casa. Nós não vamos participar da generalização político-partidário, porque vamos trabalhar a ideia de resiliência sem abrir mão de nossas convicções políticas, partidárias, ideológicas, filosóficas. Mas nós estamos num mundo civilizado, em que é preciso um debate de conteúdo e não um debate de futricas. Que Porto Alegre seja novamente a capital que todo mundo fala: uma bonita capital, a capital da participação popular, da democracia. Que viva Porto Alegre, que esta Câmara, neste ano, faça os grandes debates que estão faltando. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Professor Alex Fraga solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 5 a 8 de fevereiro de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossado a Suplente, Ver.^a Karen Santos, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde colegas, Vereadores, Vereadoras, colega da Câmara que estão retomando os trabalhos após o recesso, funcionários da Câmara. Venho aqui na verdade porque, professor Jorge, uma das grandes preocupações que tenho, neste ano – até porque vou concorrer, em agosto, a Deputado –, é fazer com que o Hospital Público Veterinário entre em funcionamento, hospital esse a que fui favorável, no ano passado, quando foi aprovado aqui, nesta mesma Câmara, o espaço para que fosse construído. Mas, particularmente, eu não tinha noção da realidade. Eu

estive sentado com o Prefeito Marchezan – assim como vai ser o debate dos servidores, e quero aqui me colocar à disposição, novamente, dos servidores, porque vai entrar essa discussão novamente –, e a questão do hospital é muito mais complexa do que parece, porque, lamentavelmente, foi construída uma obra faraônica, gigantesca, que infelizmente é desproporcional ao funcionamento. O custo que teve essa obra poderia garantir atendimento à vida. Eu fui favorável ao hospital aqui, só que hoje, dialogando com a realidade, tendo contato com os números que se tem, e conversando com o Cristian, com o Marchezan, e com o próprio Secretário Maurício, que tem cuidado disso, nós estamos com um departamento hoje que não tem dinheiro, muitas vezes, Moisés, nem para remédio ou ração, que é o simples, quanto mais para o funcionamento da obra do hospital público, que precisa de raios X. Até aqui, nenhum animal, em toda a história da Secretaria, agora Departamento, foi atendido com raios X. Imagina, colega, um animal fraturado vai lá, é feita cirurgia nele sem exame de raios X, ou seja, os médicos veterinários têm que ser quase videntes para atender. Não tem ecografia para animais que estão com filhotes ou estão com algum problema, muitas vezes atropelado, e tem algum órgão que é dilacerado; não tem isso, e aí entra muito meu papel hoje, meu trabalho hoje, inclusive nestes últimos três anos. Quando se vai ao departamento, não se tem como atender, porque hoje, basicamente, só se atende castração. E infelizmente, a gestão passada, a qual inclusive apoiei aqui, e digo abertamente, Coronel Fraga, infelizmente, na minha opinião, fez uma opção errada em gastar esses R\$ 6 milhões que foram doados por empresário para construção do hospital, para fazer um *shopping center* para ser inaugurado, e não ter dinheiro para manter esse hospital em funcionamento. Preferia eu, hoje, que se gastasse R\$ 1 milhão desses, se abrissem três ou quatro salas, com raios X, com ecografia, fossem atendidos animais atropelados, animais que tomam tiros, são esfaqueados, diariamente, e isso tivesse uma relevância pelos próximos cinco, seis anos, porque, se não tivesse sido gasto isso, teriam seis anos para serem atendidos, essa é a realidade. Então, nós estamos tentando montar agora, vendo como se faz para abrir esse hospital, aí entra a discussão que eu também quero que a Câmara se envolva, os colegas, porque eu não tenho nenhum ciúme que outros compartilhem o tema dos animais: hoje a Prefeitura só tem condições, Paulinho, de doar para uma ONG, o hospital, para ser controlado, com uma verba muito restrita, num espaço que, se entra lá, é muito superior a qualquer órgão público que se tenha, na estrutura, na fachada. Aquelas coisas que parecem, literalmente, interior do Nordeste, quando vão para inaugurar, é mais bonito que o Moinhos Shopping, internamente, só que, para funcionar, agora que é a grande questão, não se tem dinheiro. Então, é uma estrutura tão grande que não se tem dinheiro; aí, a forma de inaugurar – e eu comento isso –, seria através de ONGs, só que as ONGs também não têm dinheiro, e as ONGs também não têm estrutura, porque elas cuidam dos seus próprios animais. O que eu coloquei para o Prefeito Marchezan, e quero colocar em discussão aqui: na minha opinião, a parceria tem que ser com clínica veterinária, Primeiro, para ter isenção política total, porque, infelizmente, assim como as relações de Vereadores, políticos, tem relação comunitária, relação com A ou B, como o grupo do Leopoldina que me apoia, isso ou aquilo, as ONGs também estão contaminadas pela disputa política da

causa, e eu, como um defensor – que não quero que entre animal do Maroni, porque eu sempre paguei o tratamento dos animais de forma particular, Cassiá, acho que não tem ninguém com uma conta veterinária maior do que a minha na história do Rio Grande do Sul –, acredito que os animais tem que ser atendidos independente de ser o Maroni! Pode ser o Cassiá, o Márcio Bins Ely, a Regina Becker, a Lourdes Sprenger, seja quem for, qualquer individuo que leva um animal, como são as pessoas que chegam em mim. Para isso, na minha opinião, o hospital tem que abrir através da parceria com as clínicas veterinárias com empresários que possam manter e dar prioridade a partir do nível em que os animais entram lá, em estado de urgência, que, hoje, infelizmente, não são atendidos, para que possam ser atendidos.

Um bom início de ano a todos, colegas, um bom trabalho a todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente, Secretário Janta, Vereadores e Vereadoras. Eu quero desejar aqui um bom ano de 2018 para todos nós, que cada um cuide um pouquinho desta nossa metrópole, Porto Alegre, uma cidade tão linda, uma cidade tão amada, em que a gente acostumou viver. Eu, que estou aqui há 44 anos, tenho Porto Alegre no meu coração como uma cidade em que eu realizei todos os meus sonhos: como jogador de futebol e, hoje, como político.

Eu quero parabenizar o Ver. Adeli Sell pela sua fala, quando ele fala sobre o racismo. Eu acho que nós temos que lutar – eu venho lutando muito e continuarei lutando – por essa bandeira, que é a bandeira da nossa cor, assim como pelo esporte e pela educação. Eu vejo este País tão detonado com o esporte, com a educação, com a cultura. Eu sempre ouvi, em todos os Estados para onde eu viajei, que em breve este País seria um país do Primeiro Mundo. Que Primeiro Mundo? Eu fico imaginando... Primeiro Mundo sem educação, Primeiro Mundo sem esporte, Primeiro Mundo sem cultura, Primeiro Mundo de violência? Pode ser. O povo está sofrendo. Eu vejo muito televisão e tenho visto, no Rio de Janeiro, no Recife, no Ceará, uma guerra!

Eu comecei a minha vida no Rio de Janeiro, na Cidade Maravilhosa, e as pessoas estão querendo ir embora de lá. Elas saem para trabalhar e não sabem se voltam. Está tendo um chamado da Rede Globo para se saber que país eu quero? É claro que todo trabalhador quer um país onde ele saia para trazer o sustento de sua família e que volte, qualquer trabalhador! Ele quer um país em que possa ir e vir. Não é o país em que uma senhora luta, porque tem de sair por necessidade; a vontade é de ficar em casa trancada e embaixo da cama, mas tem que sair para sustentar os três filhos. Eu estou com medo. Eu estou preocupado pela maneira como este País está descambando. Há dois Estados dentro deste País. Eu estou preocupado com as crianças, com o futuro que é incerto. As crianças não têm educação, não têm esporte, não têm cultura. Chegou o

momento de parar a crítica sobre os governantes. Chegou o momento de nós, que fazemos parte, lutarmos para termos um país mais humano, com educação, sem violência para que os nossos filhos, netos, as crianças.

Eu estou Presidente, hoje, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes e vou lutar pelo esporte, pela educação e pela cultura, porque eu não vejo outro caminho, a não ser o que eu aprendi, quando criança, a educação, o esporte que me fez ser este cidadão, e educação e esporte, nós não vamos conseguir ser um país de primeiro mundo. Então, eu quero agradecer e dizer aos meus caros colegas: vamos lutar, esquecermos a bandeira e lutar por um País melhor, uma Porto Alegre melhor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Uma boa tarde a todas e a todos. Eu quero, inicialmente, agradecer a confiança do Partido dos Trabalhadores e do PSOL, os dois partidos que formam o bloco de oposição aqui na Câmara, e que me concedeu a oportunidade, no lugar da Ver.^a Fernanda Melchionna e todo o trabalho que ela fez no ano passado, de me tornar Líder da oposição, e eu já tinha desenvolvido esse papel em 2015. Também quero dar boas-vindas a Karen Santos, que está mais uma vez aqui nos prestigiando aqui na Câmara, com seu trabalho e sua competência.

Primeiro, acho que temos um bloco de oposição, formal, com PT e PSOL, mas temos aqui uma espécie de oposição ampliada pela ação dos Vereadores, que, ao longo do primeiro ano desta Legislatura, se deram conta – inclusive, um ex-Líder do Governo, como o Ver. Cláudio Janta –, que é difícil ser a base aliada de um Prefeito como o Nelson Marchezan; portanto, tomou posições, seja de independência ou de verdadeira oposição. Eu quero saudar esse comportamento e essa atitude de alguns Vereadores, que ampliam a oposição, ainda que não sob o ponto de vista formal, mas nas suas ações diárias, fiscalizando e pensando o bem da Cidade.

Não tenho como não trazer aqui os dois temas da semana passada que envolvem a situação municipal e ações equivocadas, irregulares do Prefeito Municipal. A primeira é a perda de R\$ 134 milhões. Semana passada, o Governo Municipal, através do Prefeito Nelson Marchezan, perdeu R\$ 134 milhões – foi noticiado na imprensa –, porque conseguiu autorização da Caixa Econômica Federal para remanejar recursos, mas ao fazer isso perdeu R\$ 134 milhões que eram vinculados ao FGTS e diziam respeito à construção dos BRTs. Então, vejam, além de priorizar o transporte individual motorizado em detrimento ao transporte coletivo, como são os BRTs, ainda perde R\$134 milhões. Isso é inaceitável! Ou seja, a grande saída da mobilidade urbana da nossa Cidade é o transporte coletivo. Está lá na Lei Nacional de Mobilidade Urbana: deve todo o direcionamento dos recursos prioritariamente ser investido no transporte coletivo e no transporte não motorizado, mas Marchezan opta reforçar e terminar as

obras da Copa direcionadas para o transporte individual motorizado, portanto, um dos recursos que deveriam ir para o transporte coletivo, a grande saída da mobilidade urbana das grandes cidades como Porto Alegre, para concluir a trincheira da Anita e as outras trincheiras e obras que rodoviarizam a Cidade, tornando a Cidade ainda mais insegura, privilegiando velocidade em detrimento da vida. Essa é uma grande perda da semana passada de R\$ 134 milhões.

A outra questão é a dos dois fundos. O Tribunal de Contas concedeu liminar no tema do Fundo Municipal de Direitos do Idoso e do Fundo Municipal de Direitos da Criança. Quero levantar aqui – também notícia que saiu na imprensa: ausência de rendimentos financeiros, recursos não depositados nos fundos, falta de paridade na composição dos conselhos municipais – tema da democracia que volta e meia aparece na Gestão Marchezan –, falta de paridade dos conselheiros na gestão dessas políticas públicas, no aconselhamento e direção dessas políticas públicas, irregularidades e falta de fiscalização das entidades que recebem os fundos vinculados ao direito do idoso e ao direito da criança e adolescente. Vejam, além de uma incompetência em conseguir gerenciar dois temas estratégicos que muitos Vereadores aqui trabalham diretamente, o tema do idoso e tema da criança e do adolescente, ainda há um problema de fiscalização, transparência, falta de aplicação e falta de rendimentos que deveriam ser depositados diretamente, Ver. Tarciso, nesses dois fundos. As doações que as pessoas fazem para os idosos e para as crianças vão para o Fundo Municipal do Idoso e para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e para esse fim, e só para esse fim, esses recursos devem ser utilizados. Lamentamos estas duas ações: a perda de recursos, R\$ 134 milhões, e o não investimento no Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Fundo Municipal do Idoso. Seguiremos num ano de muita vigilância. Não temos ainda nenhuma sinalização do Prefeito Marchezan em relação ao tema dos servidores públicos, é outro tema que voltará para esta Casa. Estaremos atentos à oposição do PT e do PSOL, que ganhou um espectro muito maior do que o formal, porque Vereadores aqui, quero repetir, se deram conta... Inicialmente, depositaram seu voto naquela chamada reforma administrativa, que passou numa sessão extraordinária convocada em janeiro do ano passado, mas, ao longo dos primeiros meses, já se deram conta de que não teriam outra saída a não ser ter um comportamento de oposição. Saúdo esses Vereadores. Teremos um ano de muita luta nesta Câmara para conseguir defender Porto Alegre do seu próprio Prefeito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Queria saudar o nosso Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; os demais colegas Vereadores e Vereadoras, o público que acompanha a nossa Sessão neste início de Legislatura. Quero também agradecer a nossa bela e atuante bancada – Ver. Adeli, Ver. Marcelo, Ver.^a Sofia –, por poder, neste ano, exercer

a Liderança do nosso partido. Sei que é uma tarefa importante para nós, que fizemos o papel da oposição. Com certeza, faremos uma oposição responsável, capaz de apontar assuntos importantes, ou problemas que estão atingindo a qualidade de vida do cidadão de Porto Alegre.

Mais do que isso, quero dizer algo que é voz corrente, é voz da população, na medida em que nós percebemos, neste momento, hoje, já no mês de fevereiro de 2018, a nossa Cidade, como já disse o Ver. Adeli, dá uma impressão de estar abandonada. Não é por acaso que percebemos, claro, que os mesmos problemas de 2017 se repetem neste ano, com o mato crescendo, com a falta de atenção de algumas secretarias, provocando a indignação da sociedade, dos Vereadores, e de alguns políticos que circulam na Cidade, que pensam que são todos iguais. Por isso, fazemos este registro de uma oposição responsável, capaz de dizer, por exemplo, que, no ano passado, aprovamos aqui uma nova lei que permitia ao Governo o pagamento de incentivo aos agentes comunitários de saúde, nos meses de julho e novembro – o que não aconteceu. Até hoje, os agentes comunitários de saúde, os agentes que combatem endemias não receberam a insalubridade nem mesmo o incentivo, que é determinado por uma lei federal. Portanto, nós, como Vereadores, temos o papel de fiscalizar o serviço do Executivo e podemos aqui, de uma certa forma, sensibilizar o Governo sobre o que é lei e o que é possível. Não dá para imaginar que possamos continuar com o descaso de algo que mexe com a vida do cidadão, como a falta de médicos nos postos de saúde, e não são poucos os postos onde faltam profissionais, onde faltam médicos e medicamentos para atender a população, para os cidadãos que não têm condições de comprá-los. Mas faltam condições claras e precisas para dizer que “sim”, que o Poder Executivo está fazendo a sua parte.

Estava ouvindo atentamente o Ver. Marcelo Sgarbossa, que apontava alguns fatos importantes. Mas ele comentou que está tramitando nesta Casa uma Comissão Especial que trata das isenções, do meio passe, da meia passagem no transporte coletivo de Porto Alegre. E agora, o Ver. Pujol, que é Presidente da Comissão, está pretendendo fazer amanhã o encerramento, para que possamos ter acesso ao relatório. Mas, nobre Ver. Janta, faço um apelo aqui da tribuna para que o relatório final dessa Comissão não seja apresentado amanhã, mas na próxima semana, até porque precisamos ter acesso ao relatório para podermos nos pronunciar em relação ao voto da Comissão. Eu tenho certeza absoluta de que amanhã, encerrados os trabalhos, nós não teremos condições de poder dar uma olhada no relatório ou, assim mesmo, nos pronunciarmos sobre algumas isenções, sejam do idoso, da pessoa com deficiência ou até mesmo o meio passe para os estudantes, até porque nesse aspecto, nós, Bancada do PT, somos contra essas isenções e o repasse. Então eu gostaria muito de ter acesso a esse relatório para poder apontar algumas posições importantes da bancada com a sua representação, como também o nosso voto. Então é importante que nós tenhamos amanhã, quem sabe, nobre Ver. Pujol, um pedido de vista – V. Exa. também aqui articula a posição dos Vereadores –, mas, mais do que isso, que nós possamos, neste ano, ter mais espaço para o diálogo, para a compreensão, seja do Executivo, da Câmara Municipal, para não só atender os anseios da população através da representação do Vereador, mas, mais do que isso, que

possamos trazer, para dentro do plenário, das comissões, um discurso capaz de dar oportunidade à população, uma vez que, infelizmente, o Orçamento Participativo não está em vigor, não está atuando, mas que a Câmara Municipal de Porto Alegre possa dar o retorno à sociedade porto-alegrense. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, um bom retorno a todos. Na cidade de Porto Alegre, nós estamos vendo seus problemas no dia a dia, vendo a questão da capina, das praças, dos buracos, e ainda agora, quarta-feira, nós vimos a falta de planejamento da Cidade, quando a população estava saindo da Cidade e resolveram, às 17h, fazer o roçado da Avenida da Legalidade e da Democracia, engarrafando todo o Centro de Porto Alegre, a Av. Osvaldo Aranha, a Av. João Pessoa, a Av. da Azenha, a Av. Bento Gonçalves, a Av. Protásio Alves e por aí afora, até pela falta de desleixo.

Mas, nesse período todo que se ficou em recesso, houve um fato que aconteceu nas nossas escolas, havendo um total desleixo e uma irresponsabilidade muito grande por parte do Município de Porto Alegre com um serviço muito essencial: a cozinha e os auxiliares de cozinha que estão trabalhando desde novembro sem contrato. Essas pessoas que são responsáveis pela merenda nas escolas e creches do Município de Porto Alegre estão trabalhando numa empresa que presta serviço e que está desde novembro sem ter contrato firmado com o Município de Porto Alegre. Os alunos já estão reiniciando as aulas e esse serviço continua sem contrato. Aí, como não bastasse, foi feito um processo de pregão eletrônico – como fosse permitido pregão eletrônico para esse serviço. Sabe-se que pregão eletrônico é permitido quando se quer comprar, por exemplo, folha de ofício, material; agora, não se faz pregão eletrônico para serviços que lidam com a vida das pessoas, com serviço contínuo, ainda mais no serviço contínuo que lida com crianças, ainda mais no serviço contínuo que lida com alimentação de crianças no Município de Porto Alegre, ainda mais no serviço contínuo que lida com a vida das pessoas que estão à mercê, que estão e já fizeram vários atos em frente da Secretaria Municipal de Educação, pois estão sem garantia de recebimento. A empresa paga os salários de seus funcionários, pagou o 13º salário, está pagando as férias de alguns que têm direito, por querer pagar porque não tem contrato firmado com a Prefeitura de Porto Alegre, juridicamente, não tem nada firmado com a Prefeitura de Porto Alegre, porque a Prefeitura quis fazer um pregão eletrônico, isso foi cassado pela Justiça, isso foi bloqueado pela Justiça. E a Prefeitura entrou e o Tribunal manteve esse bloqueio. Eu acho que isso, assim como a capina, assim como o roçado nas praças e várias outras coisas que ocorrem na nossa cidade de Porto Alegre são muito importantes, e isso é mais um caso que assola a nossa cidade de Porto Alegre.

Nós aprovamos aqui, por exemplo, no final do ano, uma emenda negociada com o Governo na questão do carnaval, em que caberia ao Município a infraestrutura, a limpeza e a organização do Porto Seco, e agora vem para esta Casa – deve chegar em breve aqui – o veto do Prefeito a essa emenda, construída com seus líderes aqui nesta Casa no projeto do carnaval. Nós adiamos a votação duas vezes para acertar esse projeto, e foi vetado pelo Prefeito de Porto Alegre, não respeitando novamente os acordos construídos nesta Casa com seus líderes, com a sua base e com a base dos Vereadores desta Casa. Então, é assim que se encontra a nossa Cidade e é assim que se encontram as empresas que prestam serviços nas escolas e em outros órgãos de Porto Alegre, à mercê, sem a segurança jurídica. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Boa tarde, Sr. Presidente, colegas e todos os que nos acompanham pela TVCâmara. É uma satisfação estar retomando os trabalhos legislativos. Eu não poderia deixar de falar rapidamente sobre alguns temas que foram citados pelos Pares que nos antecederam.

Em primeiro lugar, eu queria deixar claro que nesses últimos dias, realmente, na Cidade, por causa do verão, chuva, calor, as pessoas vêm se pelo tamanho das áreas verdes que estão sem limpeza, os serviços urbanos, os contratos que foram já retomados, e isso tem tomado a pauta, todos os dias, dos veículos de comunicação. Ouvimos atentamente, inclusive, o nosso colega André Carús, que fez, na sua última reportagem, a distinção dos serviços, que são três – as pessoas, às vezes, acham que é apenas um. São três contratos, realmente, que tomaram tempo desta Administração para serem retomados.

A crise financeira foi muito externada nesta Casa pelo Prefeito, pela Secretaria da Fazenda. Talvez algumas pessoas não tenham tomado atenção de que, desde o primeiro dia do mandato, o Prefeito Marchezan deixou muito claro que o tamanho da crise financeira, certamente, afetaria os serviços. Então, não é uma novidade, a Secretaria de Serviços Urbanos, os nossos colegas, o Secretário Ramiro Rosário vêm fazendo o que podem junto com a Procuradoria-Geral do Município para retomar, regularizar esses serviços. E nós acreditamos que, em breve, já que os contratos foram retomados, vamos conseguir. Vai demorar ainda alguns dias, nós não ficamos aqui com uma varinha mágica dizendo que amanhã vai estar tudo solucionado, não é o perfil desta Administração. Então vai demorar um tempo para se retomar isso na Cidade.

Sobre o carnaval, queria deixar claro que venho acompanhando alguns colegas que vêm elogiando outros prefeitos de outras administrações dos mais variados partidos, de municípios que, como Porto Alegre, estão em crise, porque a crise não é só de Porto Alegre. E eles vêm elogiando nas redes sociais prefeitos de vários partidos,

que, ao invés de pegarem o recurso público que falta lá no posto de saúde, na educação, têm feito um esforço para que o carnaval, que é esse importante momento cultural, tenha mais recursos de parcerias com a iniciativa privada do que propriamente com recursos públicos. Nós esperamos que tenhamos aqui uma festa cultural muito bonita, estamos em dificuldades, não vamos esconder isso jamais.

Sobre a fala da oposição de dizer – eu acompanhei atentamente o que o Ver. Marcelo disse – que Porto Alegre tem que se unir, mas, na realidade, angariou os votos dos blocos independentes como se fossem Vereadores de oposição, numa luta contra um Prefeito que está contra a Cidade... Olha, sabemos que é um ano eleitoral, sabemos que a oposição tem a sua tarefa, o seu papel, mas eu gostaria de, no início deste ano legislativo, pedir o bom senso dos Pares. Que nos preocupemos com a Cidade, que paremos um pouco com o discurso populista, com o discurso, com a questão de fazer, realmente, como o Ver. Adeli disse aqui, no sentido de deixar essa questão de grenalização da política para trás, acho que perdemos muito, muito mesmo; a sociedade, Porto Alegre fica aí à vanguarda do atraso se continuarmos fazendo isso.

Sobre a questão da verba do BRT, eu realmente acompanhei a questão de o Planejamento ter ido a Brasília, mas é uma questão financeira que é fácil de entender, e vamos perder mais recursos, infelizmente. Vamos perder mais recursos porque estamos com uma séria dificuldade financeira. Nesse projeto, em relação à nossa contrapartida, a exigência é de R\$ 249 milhões, e nós só estamos conseguindo pagar em dia o funcionalismo por causa da receita do IPTU. Nós não temos R\$ 249 milhões. E o Ministério disse que, se nós não temos R\$ 249 milhões, realmente... Perdão, os R\$ 249 milhões viriam do Governo Federal. Nós teríamos que investir R\$ 1 bilhão, não R\$ 249 milhões. Cerca de R\$ 1 bilhão seria a contrapartida desta Administração. Vamos ser bem transparentes: nós não temos esse R\$ 1 bilhão. Gostaríamos muito, mas não vamos fazer o discurso de outros políticos que só cavam o orçamento público. Certo? Então, esta é a minha resposta. Muito obrigado pelo espaço.

(Não revisto pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Grande Expediente por cedência de tempo do Ver. Aírto Ferronato.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu estou ocupando este espaço que regimentalmente deveria ser utilizado pelo nosso querido colega Aírto Ferronato, que atende a algumas delegações que se encontram em seu gabinete e que fidalgamente nos cedeu esse período, permitindo-nos uma manifestação mais consistente neste primeiro momento da presente Legislatura.

Por evidente, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, não há dúvida nenhuma de que essa figura do recesso parlamentar, que alguns teimam em entender como férias regulares dos Srs. Vereadores, precisa ser mais bem entendida. Tenho absoluta certeza

de que a grande maioria, senão a totalidade dos integrantes da Casa, aproveitou esse período não só para reciclar algumas situações que haviam ficado pendentes no ano que findou, mas também para aproximar os seus contatos com a comunidade e dela retirar elementos, sugestões e argumentos para enfocar diversos problemas da nossa atualidade.

Tenho como exemplo uma moção que foi protocolada na Casa dirigida à Ordem dos Advogados do Brasil, na figura do seu Presidente Cláudio Pacheco Prates Lamachia. É uma manifestação que faço e espero contar com o apoio da totalidade da Casa subscrevendo-a, apoiando-a e manifestando solidariedade a uma campanha que há mais tempo a OAB brasileira vem desenvolvendo e reivindicando, por medida de justiça plena, para que seja recalculada a tabela de desconto do Imposto de Renda na fonte, que, desde muito tempo, não está sendo reajustada devidamente, apresentando nos dias atuais uma defasagem que chega a quase cem por cento, mais precisamente em torno de 90%, na medida em que, desde 1996, vem tendo reajustes inferiores à inflação ou nenhum tipo de reajuste. Este ano, por exemplo, não há nenhum tipo de reajuste.

E este fato acumula duas situações concretas. A primeira delas é que, com o passar do tempo, várias faixas salariais que vão crescendo igual ou um pouco superior ao índice nacional de preços ao consumidor vão sendo tributadas, e outras tantas, ainda dentro da análise que está sendo feita, vem aumentando o grau de tributação que obedecem dos critérios imutáveis que perduram ao longo desse tempo todo. Ver. Janta, lembro que eu subscrevi com V. Exa. uma proposta do Líder do seu Partido, o Deputado Paulinho da Força, nesse sentido. Não sei por que essa proposta não caminha. Acho que, solidariamente com o apoio à proposição da OAB, nós temos que retomar o apoio que há mais tempo vimos demonstrando para ver se esta injustiça gravíssima é corrigida. É impossível que pessoas que hoje ganham menos do que três salários mínimos estejam descontando Imposto de Renda na fonte. Aliás, há muito tempo que não me conformo com esta denominação de “renda” para salário, que é contrapartida ao trabalho realizado, mas não dando murro em ponta de faca e procurando enfrentar a coisa com a realidade, o Governo não quer abrir mão de uma tributação natural. Até, de certa forma, os Municípios se beneficiam, porque este desconto feito do servidor público é mantido dentro do Município, não vai para Brasília, felizmente, neste particular, mas, mesmo assim, acho que a não correção, esta defasagem de quase 100%, é uma situação revoltante que tem que ser estancada. É lógico que nós gostaríamos que fosse estancada de uma vez por todas, mas, se assim não for possível, que seja dentro de um programa gradual que progressivamente vá corrigindo esta situação absolutamente inaceitável que perdura por tanto tempo na Nação brasileira para o desagrado de todos nós.

Por isso, Sr. Presidente, registro a Moção de Solidariedade que apresentei e, tão logo seja enviada, irei buscar apoio à mesma da parte de todos os Líderes e integrantes da Casa que assim quiserem fazer, para que ela tenha a mais célere das tramitações, quem sabe surtindo algum efeito ainda no período no período preliminar da declaração do Imposto de Renda, que vai ser feita a partir do mês de abril do corrente ano.

Ao lado desta reivindicação de cunho nacional, os dias de recesso nos colocaram em contato com várias situações concretas na nossa Cidade, desde a dificuldade por que passam vários clubes sociais até pequenas situações que, ao longo do tempo, tem centralizado o desagrado de todos. É o caso, por exemplo, daquele imóvel situado na confluência da Rua Marechal Floriano e Rua Riachuelo, conhecido como sendo o chamado Prédio Azul, que é um prédio que está ancorado por várias escoras provisórias, e não sei por que cargas d'água ainda não ocorreu um desastre maior, que é o seu desabamento. Eu estou pedindo informações oficiais ao Governo do Município a respeito da situação desse imóvel: se está sendo tributado, se tem algum projeto em cima dele, sobre a ideia de declaração de utilidade pública que havia sido afluída em determinado momento, se tem identificado com clareza quem são os seus proprietários, se tem recolhido os tributos inerentes à propriedade – Imposto Predial, Territorial, Urbano. Enfim, desejo saber qual é a situação real desse imóvel, para, em cima de uma informação oficial, podermos realizar e efetivar propostas concretas a respeito do mesmo.

De qualquer sorte, Sr. Presidente, parece-nos que não dá para confundir situações como essa, como outras tantas na Cidade, em que, por razões as mais variadas, a pretexto de preservar a memória histórica da cidade, se fica listando e tombando imóveis que não têm nenhuma razão de serem preservados, que são frutos, inclusive, da incúria de seus proprietários, que deixam o mundo os desmontarem e que, evidentemente, não podem ser desapropriados pelo Município, onerando o já combalido cofre do Município de Porto Alegre; ou, então, simplesmente listados, como absurdamente é feito em Petrópolis, na Cidade Baixa, no 4º Distrito e aí por diante, situações essas que também precisam ser corrigidas.

Ao lado dessa situação, nós temos várias outras que, nesse período, nós podemos constatar, entre as quais, colega Presidente e colegas Vereadores, aquela situação já muitas vezes reclamada pela imprensa local e até mesmo da tribuna desta Casa. Uma delas, Ver.^a Sofia, refiro-me, inclusive, em homenagem à sua categoria profissional, que é abandono daquela obra encantada que se desenvolve na Av. Osvaldo Aranha, de preservação do prédio histórico, integrante do patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul, projeto de lei da minha autoria, enquanto Deputado, que é o prédio do Instituto de Educação Flores da Cunha. E não está sendo ocupado mais com essa finalidade, tendo os alunos, inclusive, peregrinando para várias lugares para terem e receberem os conhecimentos de seus mestres, sem que se conclua essa obra, alegadamente por falta de recursos. Nós entendemos que ela deva ser priorizada de forma objetiva e que não tenhamos mais que ver, com tristeza, ela ser simplesmente eternizada, ali no início da Av. Osvaldo Aranha, num ponto, estrategicamente, colocado junto a esse belíssimo e tradicional Parque da Redenção, também conhecido, oficialmente, como Parque Farroupilha.

Nessa linha, Sr. Presidente, nós andamos pela cidade de Porto Alegre durante esse período. Estivemos na Praça da Alfândega e vimos, com tristeza, que a Praça da Alfândega, que foi totalmente restaurada, há cerca de três ou quatro anos, já se encontra necessitando de novas atenções do Executivo. Parte delas já demonstrada com

a realização de um mutirão de limpeza que ocorreu há poucos dias. O que, por nós, é saudado efusivamente, inclusive, desta tribuna. Dentro dela, Sr. Presidente e Sras. Vereadoras, nós temos o caminho dos jacarandás, que é ali junto ao prédio da Caixa Econômica Federal, com aquelas lojinhas que foram ali preparadas. Pretendia-se que fosse um ponto de atração a mais ao lazer na Praça da Alfândega, mas, por situações não bem esclarecidas, não vêm sendo ocupadas. Mais do que isso, estão sendo mal ocupadas, em muitos casos, por pessoas que têm invadido aquelas áreas. Nesse sentido, nós estamos endereçando ao Executivo Municipal um Pedido de Informações, indagando como está o andamento da licitação da concessão do uso do módulo de serviço chamado Caminho das Jacarandás: como está hoje, como ficará a utilização dos banheiros públicos ali do local, qual o prazo de vigência da concessão de uso do mesmo local fruto da anunciada licitação realizada. Ainda solicitamos informações de como estão hoje os ajustes para o deslocamento da chamada Banca do Mel, do seu local atual para uma das lojas do Caminho dos Jacarandás; de qual destinação será dada aos engraxates que ali estão trabalhando há longos anos, se eles precisarão ser deslocados, bem como qual a situação das mesas de jogo de dama e xadrez ali localizadas.

Assim, Sr. Presidente, há várias situações que o tempo não me permite elencar por inteiro, que foram por nós registradas durante esse período de recesso e motivo de documentação expressa, comprovação fotográfica e por outros meios, especialmente o registro dentro da legalidade, da regimentabilidade, com os órgãos competentes, quer sejam eles vinculados à Administração do Município, quer ainda aqueles outros vinculados à Administração do Estado do Rio Grande do Sul. Todos eles, segundo a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e a Lei Orgânica do Município, comprometidos a ensejar a esta Casa, quando solicitado, as explicações necessárias para o esclarecimento perfeito e aprofundado das matérias ali sugeridas.

Por assim, Sr. Presidente, alertado da conclusão do meu tempo, concluo reafirmando algo que a população precisa conhecer melhor, que esta Casa não mede esforços durante o período todo, quer seja durante os períodos parlamentares propriamente ditos, quer ainda e mais agora agudamente no recesso parlamentar, diante de uma constante preocupação com o cotidiano da Cidade – sempre coletivos que somos, representantes legítimos da totalidade da população da Cidade – e mais do que preocupação: preocupação das nossas atividades políticas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RICARDO GOMES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, depois da Sessão sem luz da quinta-feira passada, hoje abrimos o ano parlamentar de 2018, o segundo desta Legislatura e deste Governo Municipal. Encerramos um ano muito difícil, um ano de difícil colheita, de dificuldades muito

duras, a infraestrutura da Cidade sofrendo com obras que não são intermináveis, mas estão interminadas; com serviços públicos que não são insuficientes, são ineficientes; com salários em situação de atraso; com vários problemas da Cidade que atravessam diferentes gestões.

É preciso que neste ano comecemos a nos aproximar das soluções. Não se trata mais de diagnosticar problemas, esse tempo já passou, nem de nutrirmos uma fantasia infantil de que tudo se pode resolver imediata ou facilmente. Trata-se de agir, de evoluirmos, de estarmos, ao fim deste ano, mais próximos das soluções do que estamos hoje. Algumas das posições do plenário já estão claras, algumas alternativas já foram rejeitadas, outras foram aprovadas e agora se precisam fazer concretas. Esta Casa será novamente chamada a traçar os caminhos que o Município irá trilhar. A Cidade precisa de transformação, ainda que num cenário de crise, e talvez essa transformação deva ser acelerada ainda mais justamente porque estamos num cenário de crise, estamos à beira da ruína. Os serviços e a infraestrutura precisam ser melhorados ainda que não haja caixa no Tesouro municipal, e é possível fazê-lo. Ao contrário do que parecem muitos crer, o dinheiro do Governo, isto é, o dinheiro dos pagadores de impostos, não é a única forma de fazer melhorias de infraestrutura nos serviços. Aí estão as operações urbanas consorciadas, as parcerias público-privadas, a contratualização de diversos serviços públicos, todas essas são ferramentas utilizadas em diversos governos das mais diferentes matizes ideológicas.

Não podemos cair na falácia de acreditar que a saúde financeira de uma cidade depende apenas do caixa da Prefeitura. A sociedade e a cidade são muito maiores que o Poder Público, e é por isso mesmo que a crise fiscal não pode ser resolvida às custas da economia privada, às custas da recuperação da economia das famílias. É verdade o contrário disto: se as empresas e as famílias não se recuperarem, o Município jamais se recuperará. Não podemos concentrar as nossas energias na crise fiscal unicamente, porque há muito que precisa ser feito para tornar Porto Alegre menos hostil à criação de riqueza e de renda.

A revisão do Plano Diretor é uma oportunidade única que teremos. Temos a obrigação legal de rever o Plano Diretor, mas a obrigação moral de olhar mais para a sociedade do que unicamente para o Poder Público. Uma economia exuberante na Cidade ampliaria a receita da Prefeitura aumentando a base tributável; do contrário, as finanças públicas apenas minguariam, enquanto assistiríamos uma procissão de empresas deixarem a Cidade.

É óbvio que nenhum de nós deixará de lado suas convicções, e é também evidente que o cenário político não é simples – não é nada simples! – e pode ser ainda agravado pelas eleições que virão, mas devemos, enfim, caminhar. Os diagnósticos estão postos, as alternativas precisam ser logo apresentadas e implementadas. Precisamos entregar o que a sociedade espera de nós. Há, evidentemente, aqueles que preferem que nada melhore, uma oposição irresponsável que mira apenas seus interesses partidários. Não é o caso, obviamente, da maioria desta Casa, que sabe que é preciso evoluir.

O ano de 2017 foi ruim para Porto Alegre, 2018 está apenas começando. Nós, progressistas – agradeço a confiança dos meus colegas Ver. Nedel, Ver.^a Mônica e Ver. Cassiá –, queremos enfrentar os problemas de Porto Alegre, queremos fazer parte das soluções. Para isso, dialogaremos incansavelmente com o Executivo, com nossos colegas e, principalmente, com a sociedade. Apresentaremos as nossas posições e os projetos que julgarmos justos e adequados. Agiremos sempre na busca de soluções. Sabemos, como sabem os senhores, que é preciso que comecemos a nos aproximar das soluções. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas. Eu falo em nome do PSOL – em meu nome, do Roberto Robaina. Quero saudar a nossa companheira Karen Santos, que está aqui mais uma vez representando as lutadoras e lutadores sociais da cidade de Porto Alegre.

Quero responder ao Ricardo, quando falava pelo seu Partido Progressista de uma posição que só se interessava de forma irresponsável por seus interesses partidários. Quero dizer que a nós interessa, sim, os interesses de classe, que são o princípio que norteiam a nossa intervenção partidária. Um partido capaz de defender os interesses da classe trabalhadora e, mais do que isso, ajudar a organizar as lutas de resistência, as greves, os piquetes contra as medidas neoliberais de ajuste que os governos de vocês vêm promovendo no Brasil inteiro. Porque o teu partido apoia o Temer, que tem feito um verdadeiro massacre contra os trabalhadores, assim como apoia o Sartori, com esse regime de recuperação fiscal que significa o congelamento de investimentos nas áreas sociais e um verdadeiro massacre no que diz respeito ao futuro do Estado do Rio Grande do Sul. Sobre o Governo Marchezan, nominaste aqui algumas das prioridades para o ano de 2018, e nós recordamos muito bem o ano de 2017. Na verdade, esses governos têm uma lógica em comum: a tentativa de repassar para as costas dos trabalhadores a conta de uma crise econômica que não foi gerada por nós.

Nós não só temos propostas como as defendemos. Por exemplo, o Ver. Ricardo fala que o problema são os pagadores de impostos no geral. Ele coloca na mesma lista o dono do Bradesco e a professora, como se fossem iguais num país em que cinco famílias têm a mesma renda que cem milhões de pessoas! Nós vivemos em um país que nunca regulamentou a taxaçaõ das grandes fortunas. Se regulamentasse a taxaçaõ de fortunas acima de R\$ 50 milhões, arrecadaria R\$ 90 bilhões a mais por ano. O que dava para investir enormemente nas universidades federais, investir no SUS, investir nas áreas sociais.

Eles adoram usar o exemplo dos países desenvolvidos, entre aspas, quando é para falar do transporte da França, quando é para falar dos museus, mas esquecem de falar que, na França, o imposto sobre herança é de 50%! No Brasil é 4%! O milionário

morre e deixa os milhões para seus filhos. Recentemente saiu até no Fantástico aquele caso do milionário que tinha um monte de filhos, são os moralistas de calça curta, não é? Aí ele morreu, e foi uma luta pelo espólio. Eu não sei quantos bilhões de reais eram, e aquelas famílias estavam brigando entre si, pelo dinheiro, e vai ficar menos de 4% para os recursos públicos! Nós estamos ainda entre os países mais desiguais do mundo! E é preciso, sim, taxar os de cima. O que nos diferencia é isso. Vocês têm uma agenda que é para massacrar os de baixo: é reforma trabalhista, é trabalho precário, é o rebaixamento global dos salários, é o pacote do funcionalismo estadual, e o Marchezan quer, de novo, retomar, que reduz em até 50% os salários. Até 50% os salários! Imaginem, agora no recesso, em janeiro, os servidores que não tinham completado dois anos de Dedicção Exclusiva tiveram cortada essa Dedicção Exclusiva, num canetaço do Prefeito Marchezan. E era isso que ele gostaria de fazer para todos os funcionários, fez com os funcionários da FASC, fez com os funcionários da Saúde. Na verdade, a lógica deles é mais crise para os de baixo para aumentar a lucratividade dos de cima. Nós queremos virar as regras do jogo.

Tem um desenho clássico que tem circulado nas redes sociais: um tabuleiro em que os grandes banqueiros estão sentados lá – em geral, homens, é óbvio –, na frente desse tabuleiro, e o povo está embaixo, acorçado, com o tabuleiro nas costas. E é assim que funciona a economia brasileira. Só que, se a maioria do povo levanta, não tem tabuleiro, basta levantar que o tabuleiro cai no chão, e se mudam todas as regras do jogo.

Eu acho que os servidores estaduais de Porto Alegre deram um exemplo de resistência no ano passado, e acabou sendo exemplo de resistência para o Brasil, fazendo uma greve histórica, e nenhum dos projetos foi aprovado. Nós temos aqui os jovens da UNESCO e da UGES que estão lutando em defesa do meio passe, garantindo que uma isenção não tenha caído graças à mobilização dos jovens. Nós conseguimos, sim, fazer com que Porto Alegre não retrocedesse; mas, para Porto Alegre avançar, infelizmente é preciso derrotar politicamente os projetos do Marchezan, porque só vem ataque, só vem ajuste, só vem massacre. E nós vamos fazer isso nas ruas, nas greves, nos piquetes, fazendo mobilização, porque multinha de R\$ 400 mil nesse projeto inconstitucional do Marchezan não nos assusta, não nos calará; o pessoal vai estar apoiando essa mobilização, porque nós somos uma oposição muito responsável, mas responsável com os interesses do povo e contra a corrupção dos partidos do regime.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, cumprimento os Vereadores no nosso retorno para o ano de 2018: que todos sejam sempre felizes e trabalhem pelo povo, pelo bem da

nossa cidade Porto Alegre, esqueçamos um pouco da polarização e da discussão político-partidária para pensar a Cidade. Então, desejo a todos um bom retorno.

Por esse bom retorno, quero falar algumas boas notícias. Na semana passada, Ver. Moisés, Líder do Governo, estive na Prefeitura Municipal de Porto Alegre junto com o Deputado João Derly, do meu partido. Através das discussões com o Deputado João Derly, conseguimos uma emenda para Porto Alegre no valor de R\$ 828 mil para o esporte. Na semana passada, assinamos com a Caixa Econômica Federal, junto com o Prefeito Marchezan, essa emenda parlamentar para liberação desses recursos que vão ser usados no Ginásio Lupi Martins, na região do bairro Teresópolis, para melhoria do ginásio de esportes, onde há várias modalidades de esportes, e a comunidade utiliza o ginásio. Em breve devem começar as obras. A gente sabe das dificuldades do Município com recursos públicos, esse é um recurso que vem do Governo Federal através da emenda do Deputado João Derly, que tem conseguido várias emendas para a Cidade de Porto Alegre.

Mas nem tudo é alegria. Fiquei preocupado com uma notícia que já saiu mais de uma vez nos jornais de Porto Alegre, com relação ao ginásio da Brigada Militar, quando um vendaval destelhou e está perigando cair. A notícia é de que o Estado vai leiloar aquela área do ginásio junto com a área onde está hoje o Corpo de Bombeiros. A minha preocupação é que as notícias dizem que o Corpo de Bombeiros vai para dentro do CETE, aqui na Av. Getúlio Vargas. A minha preocupação é porque essa é uma área muito utilizada pelo Município, principalmente na área do esporte. O CETE foi fundado em 1963. Convido os Vereadores para fazermos uma visita ao CETE, nós vamos ver que ele é utilizado para treinamento de várias modalidades. Vários atletas já surgiram ali: o próprio Deputado João Derly treinou no CETE, a Daiane dos Santos treinou no CETE, e a comunidade utiliza esse espaço para fazer caminhadas e corridas. Existe lá um grupo que treina judô. O Marcelo é uma das pessoas que dá treinamento de judô – tudo sem custo nenhum para o Estado e para o Município – para crianças e pessoas deficientes. Há vários projetos dentro do CETE. Com a ida do Corpo de Bombeiros para lá, existe uma preocupação de todos esportistas e profissionais que lá trabalham de como ficarão as modalidades que hoje são praticadas ali, numa região nobre da cidade de Porto Alegre, onde são oferecidas oportunidades para diversas crianças, jovens e adultos. Com a ida do Corpo de Bombeiros – nada contra os bombeiros – está se dizendo que vai ter mais segurança na região, no local, mas como fica essa questão do esporte? A minha preocupação é no sentido de que seja prejudicada a prática do esporte na cidade de Porto Alegre.

Eu já tenho me mobilizado contra isso e convido os Vereadores para que a gente possa, quem sabe, fazer uma comitiva – os Vereadores ligados ao esporte, como o Ver. Tarciso, a Ver.^a Sofia, que é professora de educação física, e outros Vereadores que queiram se somar –, fazer um movimento, junto com o Governo do Estado, para entender melhor e preservar as condições para a prática de esporte no CETE. Acho que esse é o nosso recado. Gostaríamos muito de buscar uma solução para que não fosse prejudicado o esporte na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, colegas Vereadores. É um prazer retomar as nossas Sessões, após o recesso de janeiro. Acho que o ano de 2018 traz boas novas, pelo menos deveria, para uma Cidade que passou um ano com bastantes dificuldades, de recursos, de manter a Cidade em dia, em ordem. Eu me somo às diversas manifestações dos colegas. Agora é preciso que se fale de duas coisas sobre esse debate que se instalou a partir das falas dos Vereadores Ricardo Gomes e Fernanda Melchionna, e de uma maneira bastante independente, uma vez que eu não faço parte da base do Governo e tampouco da oposição. De um lado, o Governo precisa, sim, se mexer neste ano de 2018, especialmente porque pretende trazer novamente o debate sobre a questão do aumento do IPTU. Sabemos que uma das formas de garantir recursos para a Prefeitura não é apenas a taxação da população, mas fazer com que a Cidade se desenvolva economicamente, que novos empreendimentos surjam trazendo empregos, renda, e, a partir daí, poderão pagar os tributos que vão entrar no caixa da Prefeitura, permitindo que ela pague suas contas em dia. Porque precisamos ter capina, buracos fechados, serviços nas escolas e nos postos de saúde em dia. O caminho para que se tenha dinheiro em caixa não é, única e exclusivamente, taxar as pessoas, mas, sim, permitir que a Cidade se desenvolva, tirar a burocracia, tirar essa dificuldade que ainda se tem de construir, de conseguir empreender, de conseguir fazer com que *food trucks* operem em nossa Cidade. Espero que o Governo faça isso com mais vontade neste ano, porque no ano de 2017 não vi vontade alguma ou muito pouca, já que até o final do ano não se ouvia falar em destravar os empreendimentos.

Por outro lado, gostaria de rebater a frase da Ver.^a Fernanda Melchionna, a quem respeito, de que a oposição é responsável e luta pelo povo. Ora, oposição responsável não mente que o DMAE vai ser privatizado, deveria falar, sim, que a intenção é de uma parceria público-privada. A oposição também faz questão de mentir, inclusive fazendo camisetas sobre a privatização do DMAE, porque ela não suporta ver um parceiro privado ajudando a universalizar a água e o esgoto. E pergunto: diz-se interessada em lutar pelo povo, mas o povo não gostaria de ter acesso à água e ao esgoto universal? Acredito que sim. Também acredito que o povo não está preocupado com divergências ideológicas, o que faz com que a Ver.^a Fernanda Melchionna, o PSOL e também o PT divirjam, de parcerias público-privadas na questão do DMAE. Ainda, a oposição insiste, irresponsavelmente, em manter a Carris estatal com os pobres pagando por uma passagem absurdamente cara decorrente de prejuízo da ordem de R\$ 50 milhões, que a Carris gera para a nossa Cidade. Isso é interesse do povo? É interesse do povo ter uma estatal deficitária em R\$ 50 milhões, um Orçamento inteiro da Secretaria de Segurança? Acredito que não é. Interesse do povo é ter passagem barata, ter um transporte público de qualidade e não ter uma estatal deficitária.

E ela fala sobre taxaço como soluço para tudo. Aliás, a oposi o gostar de trazer isso; o PT e o PSOL, por serem partidos socialistas com esse viés marxista, gostam de trazer a soluço de que o Estado precisa arrecadar o máximo possível do cidadão, ser detentor de todos os recursos para depois prestar seus serviços. Ora, o Governo não precisa achacar tudo e todos, para que ele possa sobreviver. Cortar gastos, nunca se viu esse discurso por parte da oposi o. Isso   responsabilidade! Quem luta pelo povo é quem defende que o dinheiro do cidadão fique no bolso do cidadão. E aí a França, um exemplo interessante, quis fazer a taxaço sobre grandes fortunas, e alguns expoentes da esquerda municipal que moravam na França começaram a levar seu patrim nio para outros países europeus, com menor taxaço sobre suas fortunas. Curiosidade, não é? Na prática, o que aconteceria não seriam R\$ 60 bilhões a mais por taxaço de grandes fortunas, seriam grandes fortunas brasileiras migrando para paraísos fiscais ou para outros países investirem seu dinheiro. É isso o que acontece na prática.

Então, quem defende e luta pelo povo é quem defende que o dinheiro fique no bolso do cidadão, e não no prejuízo de uma estatal como a Carris, e que o povo tenha acesso   água e ao esgoto nas suas casas, e não num debate político-partidário que são interessa   aqueles partidos que se locupletam nas nossas estatais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Mesa declara empossado o Ver. Mauro Zacher como titular da Comissão Representativa e membro da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento – CEFOR.

O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunica o de Líder.

O SR. MAURO ZACHER: Caros colegas Vereadores e Vereadoras desta Casa; público que nos acompanha; Ver. Mauro Pinheiro, que preside os trabalhos; é com muito otimismo que reiniciamos este ano legislativo. É sempre com otimismo que olhamos o futuro, porque o objetivo de todos nós é querer o melhor para a Cidade, embora possamos ter olhares diferentes sobre os caminhos que levarão à nossa popula o, ao nosso cidadão uma melhor qualidade de vida oferecida pela nossa Prefeitura, pela nossa Cidade   aqueles que decidiram viver e constituir aqui as suas famílias,   aqueles que insistentemente continuam acreditando que é importante e que vale a pena investir, empreender na cidade de Porto Alegre. Eu olho sempre com otimismo o processo legislativo do ano que se inicia, pois vivemos um período de tantos conflitos, como os conflitos municipais em que há uma dificuldade em rela o ao Executivo de enfrentá-los com um bom diálogo, mas também enxergamos os conflitos estaduais, quando a Assembleia está enfrentando temas extremamente difíceis sob o nosso olhar, problemas novos com solu es antigas, as quais já foram usadas e que não trouxeram resultado e benefício para o povo gaúcho, pelo contrário, deixaram o Estado na situa o que está, quase insolvente e incapaz de cumprir as suas obriga es, um Estado incapaz de garantir serviços básicos, incapaz de abrir um horizonte de novas oportunidades para o cidadão e os investidores.

E não é diferente no plano federal: estamos às vésperas da votação – que tenta insistentemente o Governo Federal – de uma reforma da Previdência, em que fica muito claro, para aqueles que se interessam pelo assunto, que atende apenas a uma parcela da população. Há um olhar de que é importante ser feita pela necessidade de um ajuste fiscal, que já tem sido feito através do teto dos gastos e de outras tantas iniciativas – e essas iniciativas são as mesmas que o País e outros países já fizeram e que não trouxeram soluções para suas ações.

Diante disso, eu quero reafirmar, meu companheiro, Ver. Márcio Bins Ely, que nós estaremos aqui nas trincheiras lutando pelos interesses dos cidadãos, como fizemos no ano de 2017, como a nossa bancada tem feito na Assembleia, como a nossa bancada tem feito lá em Brasília, enfrentando essa tentativa de desmanche do Estado brasileiro, essa tentativa de empreguismo, tentando convencer o povo de que isso trará soluções mágicas que colocarão o País novamente no rumo do desenvolvimento, o País no rumo do emprego, enfim, do crescimento econômico. Então, é um ano em que nós esperamos que o diálogo prevaleça, que nós possamos fazer desta Casa, como sempre, um espaço para construção de alternativas, de soluções, mas, sobretudo, sempre através do diálogo. Espero que o Governo Municipal tenha mais sensibilidade, que tenha mais capacidade de ouvir, tenha mais capacidade de escutar as ruas, esta Casa, para que nós possamos encontrar soluções para a crise que aí está e que não será com alternativas ou com propostas recessivas que nós sairemos de uma recessão econômica e que não iremos enquadrar, dentro de um único problema que é a crise fiscal das finanças municipais, todos os problemas que temos. Temos que ter alternativas, criatividade, e esperamos que o diálogo prevaleça nesses momentos tão difíceis pelo qual nós passamos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher, solicitando o desarquivamento do PLL nº 078/11.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria Ver. José Freitas solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 03 ao PLE nº 011/17.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro – às 16h04min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 009/18 – (Proc. nº 0144/18 – Ver. Adeli Sell) – requer seja o período de Comunicações do dia 15 de fevereiro destinado a assinalar o transcurso dos 160 anos da Associação Comercial de Porto Alegre - ACPA.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento nº 009/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1341/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 149/17, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que inclui a efeméride Dia da Parada Livre no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no último domingo do mês de novembro.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relatora Ver^a Sofia Cavedon: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 06-12-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em discussão o PLL nº 149/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 149/17.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Boa tarde a todos. Sem delongas, eu quero só resgatar como chegou esse tema aqui no ano passado. Nós reconhecemos que diversas organizações na nossa Cidade anualmente procuram a organização da Parada Livre, a gente tem uma discussão grande aqui de que o Brasil, infelizmente, tem um número de crimes e de violência... Nós, como sempre, todos os Pares aqui, defendemos o fim dessa criminalidade oriunda do preconceito. Somos aqui, na realidade, defensores de que a gente tem que valorizar a vida humana, de que somos iguais. Com muito prazer recebi nesta Casa, pela mão da Diretoria da Diversidade Sexual, esse pedido, porque a Parada Livre em Porto Alegre – fiquei muito surpreso – não consta no Calendário Municipal, nos nossos eventos oficiais, gerando, na realidade, até uma falta de tempo hábil para a própria Administração organizar as questões de trânsito na EPTC, as questões do evento. Então, a diretoria, através do Dani Boeira, nos trouxe aqui algumas

alterações solicitadas pela Nuances, pelo Célio, de nomenclatura, de datas, final de semana, e conversamos com algumas pessoas, para que isso esteja no nosso Calendário, essa importante data, para que as pessoas possam se programar em Porto Alegre, para que a Administração e as entidades... Porque cada vez mais a gente tem enfrentado dificuldades e quero deixar muito claro que esse tipo de atividade, essas datas, cada vez mais têm a participação privada e não pública. Por isso a gente entendeu que seria importante colocar no nosso Calendário Municipal para que a gente possa dar um caráter de oficialização, de planejamento e de reconhecimento a essa data importante, para que a nossa sociedade não fique de olhos fechados, porque ainda, em pleno 2018, sofremos muito com vários crimes e vários tipos de preconceito, não só preconceito sexual, mas religioso e de toda a forma. Então eu peço aos Pares que compreendam e apoiem essa iniciativa de termos, no Calendário Oficial, essa data tão importante contra o preconceito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 149/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu acho que, evidentemente, tem muitos méritos, Ver. Moisés, incluir no Calendário Oficial da cidade de Porto Alegre um evento importante como esse sobre a luta contra o preconceito e contra a intolerância num dos países que mais mata a população LGBT, justamente vítima do preconceito, num país em que nós vemos, lamentavelmente, muita intolerância e muito ódio. Então, iniciativas como a Parada Livre são fundamentais para se celebrar a diversidade, o respeito e a pluralidade. Eu acho que, nesse sentido, a inclusão no Calendário Oficial é fundamental, porque fica no Calendário da Cidade esse evento que vem sendo realizado nos últimos 20 anos, se eu não me engano. E nós sempre estamos presenciando e participando tanto da Parada de Luta quanto da Parada de Junho, que simboliza Stonewall, o levante LGBT que ocorreu em 1969. E obviamente vamos votar a favor. Esperamos que a Câmara aprove por unanimidade. E da mesma forma que nós vamos votar a favor da inclusão da Parada Livre, no Calendário Oficial da cidade de Porto Alegre, nós também queremos esse comprometimento com a causa LGBT para derrubar o veto do Prefeito Marchezan à emenda do Ver. Roberto Robaina no orçamento da cidade de Porto Alegre, porque, pela primeira vez na história do nosso Município, não houve um centavo de apoio do Poder Público para a realização da Parada, uma parada que reúne milhares de pessoas. Eu sei que não foi só a Parada Livre; o carnaval está passando pela mesma precariedade, e também é um evento muito importante. Nós tivemos ontem a caminhada de Nossa Senhora dos Navegantes, que também reúne milhares de porto-alegrenses em torno da sua fé, mas nós não podemos aceitar esta lógica, Ver. Tarciso, de que a cultura e a luta contra a intolerância são relegadas ao décimo plano e que nunca tem recursos para garantir o seu financiamento. Nós precisamos reverter esta lógica, retomar os recursos do carnaval, e eu vou ter

oportunidade de debater aqui em outro momento o carnaval, porque eu fiquei muito chocada com o veto do Prefeito, mas não quero misturar alhos com bugalhos, no sentido de trazer este outro veto à minha emenda e à emenda do Ver. João Bosco Vaz ao projeto do Porto Seco, mas eu sei que foi vetada a emenda do Ver. Roberto Robaina, que garantia pouquíssimos recursos, mas muito necessários para a organização e realização da Parada Livre no ano de 2018. Então, com o mesmo empenho que vamos votar para colocar no Calendário Oficial, já aproveitamos para pedir o apoio dos Pares para derrubar este veto absurdo à emenda do Ver. Roberto Robaina.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Quero cumprimentar os Srs. Vereadores. É uma satisfação cumprimentar o Ver. Idenir Cecchim, que está de aniversário no dia de hoje, desejando a ele muita saúde e muitas felicidades. (Palmas.)

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 149/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu venho aqui para apoiar, primeiramente, esse projeto do Ver. Moisés Barboza. Eu acho que é salutar incluímos datas e eventos importantes no Calendário da nossa Cidade, que marcam a cultura da nossa Cidade, que marcam as lutas históricas da nossa Cidade. Não somente de cunho social, político, religioso, mas lutas de classes. E essa é uma luta da diversidade que vem enfrentando vários preconceitos, que vem enfrentando no dia a dia preconceitos na hora da empregabilidade, do atendimento médico e de uma série de outras coisas. E é importante a Cidade se fazer presente. Agora, muito se fala, hoje em dia, e é moderno falar em parceria público-privada. Mas o Município pode – Ver. Pujol, que me ouve atentamente, Ver. Freitas, Ver. Nedel, Ver. Tarciso –, com esse rótulo de parceria público-privada, abrir mão da sua parte. O Município pode, com rótulo de dizer que nunca tem dinheiro, abrir mão da sua parte. E eu estou me referindo a uma festa que nós tivemos agora, na sexta-feira, de 143 anos! Não é uma festa de dois dias, não é uma festa de dois anos, de 10 anos, são 143 anos! Uma festa equiparada ao Círio de Nazaré, de Belém, Ver. Tarciso; equiparada à lavagem da escadaria de Nosso Senhor do Bonfim, na Bahia; equiparada à São Cristóvão, no Rio de Janeiro; equiparada à Nossa Senhora de Aparecida, em São Paulo. Então a festa da cidade de Porto Alegre: 143 anos! Reúne todos os credos, reúne todas as pessoas, porque é uma festa da cidade há 143 anos. E o Município não podia dar nenhuma contrapartida, o Município não podia botar banheiros lá, o Município não podia botar nada lá! Uma festa que é programada, que está no Calendário de Porto Alegre, que tem orçamento previsto em todas as rubricas do orçamento aprovado por esta Casa. O município não podia levantar o telefone e ir atrás de ajuda financeira. Quando estava lá no Governo, o Oliboni está aqui presente, nós fizemos a nossa parte

para a Procissão do Morro da Cruz. Fomos atrás, o Município não tinha recursos, mas nós conseguimos. O Ricardo estava lá na SMIC, e nós conseguimos juntar o Governo e ir atrás. E saiu a Procissão do Moro da Cruz. Por que não ajudaram a Festa dos Navegantes, que é a Festa da Cidade de Porto Alegre há 143 anos? Tem de ter vontade política para ajudar a realizar as festas do Calendário de Porto Alegre, sejam elas festas de cunho religioso, como o católico, o evangélico, como a festa da Bíblia, seja de umbanda, do candomblé, seja a parada *gay*, que também não ajudaram em nada, nem com banheiro químico. Nada! Eu acho que esse é o papel do Governo, ter suas datas comemorativas. Agora a Festa de Navegantes tem esse papel com a cidade de Porto Alegre. Volto a afirmar aqui, foi como o Carnaval, que foi construído por esta Casa, junto com a base do Governo, com as lideranças do Governo, com uma emenda, e o Governo deveria cumprir a lei. Tem uma lei que determina que o Governo tem de realizar o Carnaval, tem de fazer a estrutura do Carnaval. E nós construímos uma emenda aqui. E o Governo votou essa emenda. E ele não foi atrás, não procurou ajudar a cidade de Porto Alegre a manter a sua cultura, o patrimônio de seu povo, de uma cidade. Nós votamos favorável ao projeto de lei do Ver. Moisés Barboza para garantir que esta Cidade mantenha a sua história, mantenha suas datas e mantenha a cultura do seu povo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação o PLL nº 149/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereadores, Vereadoras, cumprimento a todos neste início de ano legislativo. Ver. Valter Nagelstein, Presidente desta Casa, espero que faça uma excelente gestão e uma excelente recuperação de sua saúde. Espero que possamos trabalhar para garantir aqui a democracia, a diversidade, a pluralidade, a escuta da Cidade para que se acerte mais nos destinos da nossa Capital. Quero comentar, e encaminhar, Vereadores Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa e Adeli Sell, esta colocação no Calendário da Cidade, da parada *gay*, da Parada Livre, dizendo que nós aqui não estamos fazendo uma simples concessão. O nosso voto, Ver. Moisés, é para marcar, sim, no Calendário da Cidade uma parada que tem um cunho claro de retirar da invisibilidade o direito à livre expressão sexual, à livre manifestação de amor, de constituição de família, a partir do desejo de cada um dos homens e mulheres desta Cidade. A parada *gay*, as Paradas Livres, não são um ato de diversão, um ato para achar exótico, achar diferente, ou curtir músicas e apresentações. Elas têm tudo isso, mas são claramente um ato político de demarcação contra o conservadorismo, contra o preconceito, contra a violência que atinge homens e mulheres que têm opção sexual diferenciada da considerada normal. O País, infelizmente, o Brasil, é campeão de violência, de assassinato de homens *gays* e de assassinato de travestis. Uma triste realidade que mostra um País preconceituoso, que mostra um País opressor da

diferença, que mostra um País que não avançou na libertação e no direito de cada um ser o que quiser ser, tornar-se o que é.

Nós queremos afirmar, com a Parada Livre, que há um retrocesso em curso no Congresso Nacional: no final do ano passado, passou na Comissão de Constituição e Justiça o entendimento de que há, sim, tratamento, e que tem que ser tratado nas áreas da saúde, nas áreas clínicas, quem tiver a opção homossexual. Um equívoco, uma contrariedade a tudo o que está escrito nos tratados internacionais, nas resoluções, na Constituição Brasileira, e de todo o entendimento do movimento social neste País. É lamentável que um Congresso Nacional se submeta a credos religiosos que os cidadãos e cidadãs devem aderir livremente e praticar se quiserem, mas que jamais o Estado brasileiro poderá impor ao conjunto dos cidadãos e cidadãs. É óbvio que isso apenas estimula o deboche, o preconceito, a violência e a marginalização, porque a marginalização acontece com os casais, com as pessoas homossexuais, Ver. Aldacir Oliboni, a marginalização no espaço de trabalho, nos espaços públicos, não poder frequentar, não poder se manifestar livremente nos bares, restaurantes e praças da Cidade. Por isso que se faz a parada *gay*, por isso se faz a Parada Livre.

Por fim, quero lembrar do grande embate do fechamento equivocado da exposição Queermuseu, que era, sim, um espaço de denúncia dessa hipocrisia, de denúncia dessa normalidade, da carece de uma sociedade que não aceita a liberdade dos seres humanos, a vida com integridade, com dignidade e com liberdade.

Então, este é o voto da bancada do Partido dos Trabalhadores, que não significa um mero colocar no calendário, Ver. Moisés, significa respeitar profundamente e lutar ao lado de todos que ainda são vítimas do preconceito, do moralismo e de um autoritarismo que precisa ser banido deste País.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 149/17, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Ver. Valter, nosso Presidente, a pergunta que eu faço é a seguinte: por que uma efeméride, um evento, uma comemoração deve constar no Calendário Oficial do Município de Porto Alegre? Não é simplesmente para constar, para inglês ver, tem que ter interesse público. O Ver. Moisés colocou bem, tem interesse público, a Ver.^a Fernanda e a Ver.^a Sofia já acrescentaram alguns elementos da importância deste evento, que em Porto Alegre é realizado independentemente de ajuda pública, mas quando tivermos algo de interesse público que nós vamos colocar no Calendário Oficial, é preciso que o Poder Público, com a devida antecedência, chame os segmentos, as instituições responsáveis, coordenadoras por essas efemérides, esses eventos, essas comemorações, para ver como realizar e de que maneira realizar. Não basta simplesmente colocar meia dúzia de agentes de fiscalização. Não basta apenas discutir se vai ter ou não vai ter apoio de uma limpeza prévia ou posterior do nosso Departamento Municipal de Limpeza Urbana.

Nós precisamos criar aquilo que eu disse hoje no Grande Expediente, uma efetiva sinergia do Paço Municipal com a Cidade; nós precisamos criar uma relação civilizada entre as partes e compor o que é melhor para Porto Alegre. A parada *gay* ou qualquer outra atividade tem que ter suporte da Prefeitura. Isso não significa dinheiro, isso não significa gastar, significa apoiar de várias maneiras. A coisa mais horrível que existe, há um bom tempo – diga-se de passagem que não é apenas deste Governo, Ver. Cassiá, Ver. Ricardo Gomes –, é que não se utilizam os mecanismos de divulgação da Prefeitura para as coisas das quais a Prefeitura, inclusive, está participando. A comunicação é de uma precariedade absoluta. Hoje, com as redes sociais, com a Prefeitura podendo utilizar isso ao máximo, não consegue divulgar a Festa da Uva e da Ameixa! Isso é uma barbaridade! Não adianta ter a Festa da Uva e da Ameixa no calendário, como não adianta agora colocar a parada *gay*, se não houver essa divulgação. Quantas pessoas vêm do Mercosul, do interior para uma atividade dessas em Porto Alegre? E não é só para essa, porque, se fosse para uma atividade, eu diria que há preconceito, mas não é o caso, é geral.

A Prefeitura está complicando com a Feira do Gibi, que fará 15 anos em maio. Acho que todos nós, ex-Secretários aqui, já comemos bolo de aniversário da Feira do Gibi e da Feira do Vinil. A Prefeitura está complicando mesmo com os dias decididos por lei! Não pode! Se eles decidiram que é o primeiro sábado do mês para a Feira do Gibi e o segundo sábado do mês para a Feira do Vinil, por que a Prefeitura vai complicar? Não tem nenhuma razão para complicar, mas tem que complicar. Quem dirá divulgar! Para a Feira do Gibi e para a Feira do Vinil, a gente faz mosquitinho preto e branco, porque não tem apoio de ninguém. Mas que barbaridade! Isso tinha que ser chamado permanentemente no *site* da Prefeitura. A Feira do Gibi, por exemplo, é um troço fantástico, Ricardo Gomes, vem gente de tudo quanto é lugar, porque aqui tem uma miscelânea, uma variedade de coisas de colecionadores. Estou colocando isso, porque é preciso fazer um chamado, dar uma chacoalhada para as pessoas se acordarem. Para começar, pelo titular do Paço Municipal. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLL nº 149/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 191/17 – (Proc. nº 2799/17 – Ver. José Freitas) – requer seja encaminhada Moção de Solidariedade “a eminente coordenadora escolar do Colégio Goyases da cidade de Goiânia do estado de Goiás, Simone Maulaz Elteto.”

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento nº 191/17. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 191/17, como autor.

O SR. JOSÉ FREITAS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero aproveitar a oportunidade para desejar a todos nós um bom ano, e que Deus abençoe o trabalho de todos nós, dos servidores, neste ano de 2018.

Só para relembrar, esta Moção, este tema foi matéria em todos os veículos de comunicação por mais de uma semana, sobre o que aconteceu nessa escola, o Colégio Goyases da cidade de Goiânia, no estado de Goiás, e é uma Moção de Solidariedade à Coordenadora, Simone Maulaz Elteto.

A presente Moção de Solidariedade tem o objetivo de homenagear o grande ato de bravura da coordenadora do Colégio Goyases, Simone Maulaz Elteto. No dia 20 de outubro de 2017, a professora evitou que uma tragédia maior acontecesse na escola localizada em Goiana, após um adolescente de 14 anos matar dois estudantes da 8 série e ferir mais quatro colegas. A tragédia poderia ser muito maior caso a professora não tivesse intervindo, pois a mesma retirou da linha de tiro uma adolescente ferida e permaneceu com o atirador para acalmá-lo. Segundo relato da própria coordenadora, após o primeiro contato, ela encaminhou o adolescente para a biblioteca escolar, evitando que o adolescente seguisse para o andar térreo onde estariam pais de alunos e funcionários, o que poderia aumentar o volume da tragédia. A professora permaneceu com o jovem até a chegada da Polícia e segurou durante a maior parte do tempo o punho do adolescente na tentativa de controlá-lo, mesmo com a consciência de que o jovem era maior e mais forte do que ela, o que demonstra a coragem dessa profissional. Então, foi o ato de coragem dessa professora que nos levou a fazer essa Moção. Peço a ajuda de todos os Pares, porque acho que é merecido para essa profissional da área da educação.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 191/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Falamos a favor, Ver. Valtter Nagelstein. Acho que é muito importante que esse destaque, esse reforço chegue às professoras lá em Goiás, que chegue à escola, que chegue às redes de ensino porque uma situação aguda, como essa, tem que servir para valorizar – Ver.^a Karen, a quem cumprimento por estar assumindo no início deste ano – o cotidiano das escolas, dos professores, dos espaços escolares, que todo dia estão fazendo mediações e evitando que a violência entre na sua sala de aula, que atinja os seus alunos, que atinja os próprios professores. Nós vivemos agora, no início de janeiro, aqui em Porto Alegre, por duas vezes, a Escola Saint’Hilaire foi arrombada. Eu fui visitar, era o segundo dia após o arrombamento, eles estavam temendo pelo final de semana, pois a escola não tem guarda durante o dia, não tem guarda no final de semana, tem um sistema de alarme que não estava funcionando,

um sistema de câmera de vídeo que não estava funcionando. Essa foi uma situação sem a presença dos professores, mas de tal maneira violenta, porque, durante todo o janeiro... Quero prestar uma homenagem aos nossos professores que, durante quase todo o janeiro, fizeram recuperação de aulas. Tem professores que terminaram dia 16, dia 29, trabalharam todos os dias não trabalhados durante a greve dos municipais. E, mais uma vez, esbarraram na falta de acompanhamento da própria Prefeitura com a sua segurança, como nós vivemos com a escola Pessoa de Brum, na Restinga, durante o ano, no segundo semestre; como vivemos com o Timbaúva, como vivemos com escolas da Zona Norte, com a violência brutal que está no seu entorno. Não é contra a escola, mas a escola está na linha do tiro. Nós fazíamos esse debate quando discutíamos, no final do ano, o tema da criação da polícia administrativa, que entendíamos equivocado: centralizar a Guarda Municipal para auxiliar no Centro e substituir a Brigada Militar, enquanto descobrimos, literalmente, o trabalho dos professores e das professoras na periferia. E não só dos professores e professoras, Dr. Thiago, mas dos médicos, das técnicas de nutrição, das enfermeiras, dos agentes comunitários de saúde, ou seja, a ação da Prefeitura na periferia da cidade de Porto Alegre. Nós sabemos que não há como suprir de outra forma se não for esta uma grande prioridade da Guarda Municipal: o acompanhamento e a garantia do serviço público. Eu faço essa defesa de maneira convicta, por isso nós votamos contra o projeto e fizemos o combate, não só sobre a criminalização dos movimentos sociais, mas pela mudança de perfil da Guarda e mudança de prioridade de atuação da Guarda Municipal, que é equivocada. A situação de uma professora chegar a ponto de salvar vidas, ela tem que nos dizer alguma coisa. Não vale a gente, Comandante Nádia, achar que, enquanto não tem um problema, não é comigo, está bem, e cito a senhora, porque é da área, eu me lembro de que chamei atenção quando a Guarda custodiava um preso. É difícil as professores e os professores segurarem 50 mil alunos, atenderem, buscarem qualidade sem um suporte da Guarda Municipal, sem um suporte do Poder Público pensando que eles precisam de um amparo e de ações de segurança no entorno da escola, nas comunidades escolares.

Então, José Freitas, sei que V. Exa. trabalhou neste projeto de mudança de perfil da Guarda, mas queremos encontrar aqui o que nos une, usando as palavras do Presidente, queremos homenageá-la. Eu participei de um debate com o Ver. Moisés Barboza, e hoje de tarde ouvi algumas Lideranças, como o Ver. Camozzato, dizerem que a oposição faz uma oposição irresponsável e é contra tudo – só ouvimos essas duas máximas. Na real, não somos contra tudo e muito menos irresponsáveis; temos uma visão diferente. Sobre a Guarda Municipal, a visão da nossa bancada é diferente, nós queremos garantir que o serviço público aconteça com qualidade e segurança, e se não for a Guarda Municipal, junto com ações de segurança, isso não vai acontecer. Então, não vale tirar a Guarda disso e suprir lacunas da Brigada Militar.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento nº 191/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**.

Apregoo o Memorando nº 001/18, de autoria desta Presidência, comunicando que os Vereadores Idenir Cecchim, Comandante Nádia, Mônica Leal e este Vereador estarão representando esta Casa na Sessão Solene de posse da Administração 2018-2019 do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 05 de fevereiro de 2018, às 14h.

Registro a presença, no nosso plenário, do colega Ver. Juliano Soares, de Santa Maria. Por favor, leve um abraço ao Legislativo da nossa principal cidade universitária da metade sul do Rio Grande e o nosso carinho aos colegas Vereadores de Santa Maria. Seja sempre bem-vindo aqui, Vereador.

Registro a presença da UMESPA no nosso plenário. Sejam sempre bem-vindos aqui. É importante a presença dos jovens, e os jovens fazendo política.

O SR. MAURO PINHEIRO (Requerimento): Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 152/17 por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

A Ver.^a Fernanda Melchionna informa que a UGES também está presente. Sejam bem-vindos.

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum qualificado. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1389/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 156/17, de autoria do Ver. Professor Tovi, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre, *in memoriam*, ao senhor Matheus Bitencourt da Silva.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Tarciso Flecha Negra: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;

- incluído na Ordem do Dia em 18-09-17.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em discussão o PLL n° 156/17. (Pausa.)

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, só gostaria de lembrar que esse projeto concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre, *in memoriam*, ao Matheus Bitencourt da Silva, que se trata do Matheus Biteco, ex-atleta do Grêmio, que faleceu naquela trágica viagem da Chapecoense. Trata-se desse atleta jovem que lamentavelmente perdeu a vida.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL n° 156/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**.

O SR. MENDES RIBEIRO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL n° 079/16 por cinco Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Srs. Vereadores, os demais projetos ainda aguardam o preenchimento de requisitos de natureza regimental. Portanto, vencemos a pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 16h52min): Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Adeli Sell.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, vou aqui abrir um tema que gostaria que os Líderes do Governo pudessem encaminhar ao Governo Municipal, porque o ano letivo do Município de Porto Alegre foi atrasado para 15 de março, foi construído um tempo de intervalo a fim de compensar aí o tempo de aulas que foram até o final de fevereiro. E acho que isso está bem, foi salutar, mas nós queremos fazer alguns registros nos antecipando aos problemas do início do ano letivo de 2018. Um deles é que sabemos que um dos concursos que garante um plantel de professores a serem nomeados já encerrou o seu tempo de validade e nós precisamos de novo concurso público para professores.

Segundo, que nós fechamos o ano exatamente por isso, estamos aqui alertando e antecipando que é preciso fazer concurso público, e logo, porque fechamos o ano com um déficit muito importante de pessoal, falta de pessoal, falta de professores na Rede Municipal de Ensino. Eram mais de 200 professores identificados pelas escolas, pela Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre – ATEMPA.

Nós tivemos muito esforço das escolas para atender as turmas, esvaziando espaços importantes de aprendizagem como laboratórios, como professor itinerante, para não mandar aluno para casa, para não ter déficit. Porém, em várias escolas, tivemos falta de aulas mesmo de matemática, de geografia, em algumas delas, de línguas estrangeiras. E esse déficit nós sabemos que não recuperamos mais quando isso vai sendo suprido de alguma maneira por outros professores. Isso desorganiza a rotina escolar e o desempenho dos alunos.

A notícia que nós temos é que as escolas estão tendo redução mais ainda de carga horária para turno integral, que nossos alunos, que vinham ampliando tempo de escola estão perdendo o contraturno, como já aconteceu no ano de 2017. Nós sabemos que é isso que vai acontecer se não houver nomeação, se não houver uma antecipação da falta de pessoal, que não parece estar no horizonte do governo Marchezan. Tivemos a notícia, pasmem, de que não haverá fechamento de quadro como sempre se acha prudente e adequado fazer – a direção da escola senta com a SMED, avalia as turmas, vê os professores, ajusta o quadro e vê a necessidade –, de que tudo será feito via eletrônico, via sistema eletrônico. Imaginem o distanciamento da vida das escolas, das necessidades da escola, das características específicas da SMED. Então, avizinham-se problemas graves para o início do ano da educação se não tivermos notícia de nomeação de professores, de quadro de pessoal realizado com a discussão, com o diálogo das escolas.

A gente acompanhou no final do ano passado, início desse ano, final de janeiro problemas também com a empresa terceirizada para rede municipal do ensino. Essas terceirizadas, que são quase mil mulheres, não tinham recebido 1/3 de férias, atrasava vale transporte, tive que lidar com o Secretário Adriano em vários momentos, no início de janeiro, na primeira semana, no final de janeiro, no início de fevereiro. O Secretário Adriano me disse que o contrato tinha terminado. Também não temos perspectiva de que como fica cozinha e limpeza, espero que isso seja regularizado, que paremos de ter conturbação com muitas mulheres que atuam junto às nossas escolas.

Mas principalmente que, com a reflexão que se faz – a nossa Comissão de Educação começa amanhã os trabalhos –, a gente possa chegar mais perto da escola, ter um balanço do que aconteceu no ano passado, se houve resultados positivos. O Governo anuncia muitas vagas novas, anuncia sete mil vagas na educação infantil, e nós sabemos que, com o marco regulatório e com o novo formato de convênio com as creches, o custo por aluno ficou com o mesmo valor para creche e para o jardim. Para creche que eu digo é de zero a três anos, para os berçários. E, nos berçários, o custo é muito maior. Então, nós vamos fazer esse balanço: aumentou no jardim? Quantos berçários foram fechados? Quando bebês serão cuidados por crianças nesta Cidade?

São vários temas e aspectos que nos dizem que a educação precisa ser cuidada de perto e nós queremos que o ano letivo comece com tranquilidade, já que vai começar um pouquinho depois, que comece com professores, comece com outro nível de diálogo. E eu espero que a gente aqui respeite as carreiras dos professores, as suas aposentadorias, porque isso conturbou demais o ano letivo no ano passado, tenho certeza de que o resultado, por mais esforçados que fossem os professores, não foi a contento. Ver. Valter, esperamos um ano de diálogo e não de conflitos, anunciei isso no debate que fizemos no rádio esta semana, e espero que o Governo tenha bom senso para buscar parceria dos servidores, e não o conflito, para melhorar a nossa Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon.

O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro desejo um retorno de pleno êxito a todos nós na retomada dos trabalhos legislativos após o recesso e também desejo sucesso ao nosso Presidente Valter Nagelstein, nosso colega Vereador que, já no seu primeiro mês, com dinamismo e responsabilidade, tem nos representado e ao Parlamento à altura frente à sociedade e aos desafios que se apresentam.

Quero aqui fazer uma abordagem sobre alguns temas que, na nossa avaliação, são urgentes e carecem de respostas do Poder Público. O primeiro deles tem relação com os serviços da Cidade. Hoje ainda participei de um programa na Rádio BandNews que tratou disso e debatemos o assunto. E em boa parte das matérias que são veiculadas a respeito da ausência da prestação de serviços ou da falha na prestação desses serviços, no que diz respeito à Limpeza Urbana, o Poder Público parece que assume existir apenas um contrato para esta finalidade, quando, na verdade, existem três. Um contrato de capina, que é um serviço com acabamento, voltado mais especificamente para o interior dos bairros; um serviço de roçada, vinculado ao contrato da Limpeza Urbana junto com a varrição para as grandes avenidas, aqueles leitos viários que já têm asfalto; e também um contrato específico, porque foi uma decisão da gestão anterior, para limpeza e conservação das praças. Então, quando o Governo diz que o mato está alto e que a culpa é do Governo passado, é preciso, sim, repor a verdade, porque não foi o Governo passado que fez com que o mato estivesse alto na cidade este ano. Quando o Governo diz que a capina, pela primeira vez, depois de seis anos, conta com um contrato licitado de acordo com a legislação federal correspondente, também falta com a verdade, porque o serviço de capina foi licitado, em boa parte, sim, por contratos emergenciais, por problemas judicializados ou por relações com os órgãos de controle que apresentaram alguns questionamentos, mas não deixou de ser prestado. E o Ver. Moisés elucidou muito bem este assunto aqui.

Então, quando o Governo diz, por exemplo, que a Praça Deputado Carlos Santos, no bairro Santana, não está com a grama cortada porque não tem contrato de capina, não é verdadeiro. Existe um contrato específico para a manutenção das praças.

Quando o Governo diz que, na extensão da Av. Ipiranga, as margens do arroio Dilúvio estão com mato alto porque não tem contrato de capina, também não é verdadeiro, porque lá existe um contrato de roçada que é utilizado para estas grandes avenidas. E eu, hoje, me senti contemplado como Vereador e fiscal dos serviços da Cidade, nosso Presidente da COSMAM, Ver. Cassio, quando o Secretário Ramiro, finalmente, no rádio, disse que existem estes três contratos, porque, até então, a opinião pública e nós, Vereadores, achávamos que era um só. E também, muito bem gerenciados, com uma programação regular e atendendo dentro das possibilidades as demandas que são encaminhadas pela população pelo 156, a Prefeitura põe em dia isso, sem dúvida nenhuma, porque tem instrumentos contratuais e não tem falta de dinheiro, porque os contratos estão com as faturas pagas em dia.

Então, eu faço aqui um apelo para que a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, por meio do DMLU, organize a sua programação, seja transparente no que diz respeito à divulgação desses dados e execute o serviço, porque não é admissível nós recebermos reclamações, como Vereadores, representantes, Ver. Janta, de praças que não recebem serviço desde agosto ou setembro do ano passado. Tem contrato. Tem que programar.

Às vezes, eu acho que a falta de gestão é encoberta por um falso discurso de terra arrasada, quando, na verdade, existem os instrumentos, existem condições, e não tem responsabilidade ou falta de serviço deixada pela gestão anterior. Se nós continuarmos, não só no que diz respeito a esse tema dos serviços, ainda fazendo confronto de quem trabalhou melhor ou de quem não fez ou deixou de fazer, gestão passada ou gestão atual, nós vamos chegar ao estágio que o Ver. Ricardo Gomes, Líder da Bancada do PP, há pouco disse: às ruínas. Porque, se nós queremos uma cidade melhor, nós temos que caminhar para o entendimento, e achar culpados não é administrar a cidade, é preciso cumprir com as suas responsabilidades. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudá-lo, Presidente Valter Nagelstein, na primeira oportunidade este ano, desejar um ótimo mandato, porque, quando a presidência vai bem, com certeza, a Casa vai bem, e todos nós entramos em harmonia. E isso é muito bom para nós. Quero saudar os Vereadores, as Vereadoras, tenham um bom ano! Eu venho aqui, tenho certeza que é mais ou menos a tônica de todos, para nós fazermos uma reflexão para 2018. O ano de 2017 não foi bom para ninguém, a política brasileira foi terrível, e automaticamente os Poderes Legislativos – Câmara Federal, Senado, assembleias e câmaras de vereadores – foram automaticamente também

prejudicados, porque a ressonância tem muita ênfase no Município. Eu quero confessar para vocês que, pela terceira vez eu passo aqui na Câmara, eu nunca vi um Vereador mal prestigiado por um Governo, um Vereador sem força perante as suas comunidades. Não que nós não tenhamos que ir para o 156, a gente chega a comunicar ao cidadão que ele tem que buscar o 156, porque nós não temos força para ajudá-lo. A cidade está parada e conseqüentemente nós não temos nada a fazer mais do que já fizemos aqui. O que nós vimos, quase no final do ano, na Assembleia, é um reflexo, Presidente, do que nós não podemos deixar acontecer aqui: transferir para a Casa Legislativa os problemas do Executivo. Isso não pode acontecer. Cada um na sua, e bem frisou V. Exa., quando assumiu esta Casa, e o Presidente da Assembleia quando disse que a Casa tem de ter suas prerrogativas. Fica fácil para os governos que fazem péssimas gestões botar a culpa nos legislativos ou querer cooptar o Legislativo para angariar votos para seus projetos mirabolantes quando têm causa, sim, na gestão. Então, acho que nós podemos fazer uma reflexão. E se vier algum projeto, tal como o IPTU, pois dizem que vai vir de novo o IPTU, para taxar mais uma vez o cidadão, que já paga impostos demais. E sobe tudo, a inflação dizem que está baixa, mas sobe a gasolina, a luz, o gás, sobe tudo, prejudicando o cidadão. Se vier para esta casa, que dizem que vai vir, que vá para as comissões, cumprir seus prazos normais, que se faça as comissões sem pressa. A maioria dos Executivos aumentaram, sim, o IPTU, mas, no máximo, o índice da inflação, tem uns que nem a inflação usaram, no País inteiro. É só nós fazermos – eu já fiz – um levantamento das Prefeituras importantes do País. Não colocaram reajuste a não ser, na pior das hipóteses, para repor a inflação. Então, acho que a gente tem de ter cuidado. Essa Casa pode muito bem usar suas prerrogativas, não ser atropelada pelo Executivo, mas harmonizar com o Executivo, para buscar uma alternativa para melhorar a situação da Cidade que está ruim. Nós ficamos imaginando, agora, depois do Carnaval, a população vir de volta, a Cidade voltar a sua normalidade, as escolas voltarem a sua normalidade, e nós vemos uma Cidade da forma que está. Ah, não tem dinheiro! Não tem dinheiro, então tem de ter iniciativa. Sabia que não tinha dinheiro, tem de ter iniciativa, tem de começar a agilizar a capacidade dos órgãos que administram a Cidade. Fortalecer o DMAE, o DEP, recuperar secretarias, dar potencialidade a essas secretarias para que trabalhem. Não adianta só lamentar, dizer que o DEP não é mais aquele, o DMAE não é mais aquele. Isso é muito pouco, tem de buscar alternativas para o atendimento à sociedade. São coisas simples, como a limpeza na Cidade. Então, o cidadão fica impressionado com a falta de capacidade de potencializar aquilo que é básico e fundamental da sociedade e do cidadão. Então, nesse sentido, Presidente, suscito que nós tenhamos um ano mais tranquilo, sem pressão, e que a Casa use as suas prerrogativas, que é legislar, fiscalizar o Executivo, ajudar o Executivo e harmonizar com o Executivo. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver. Cassiá. O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicações.

O SR. CASSIO TROGILDO: Primeiramente boa tarde, Presidente Valter. Quero aproveitar, de pronto, o momento, para lhe desejar muito sucesso na condução da nossa Câmara Municipal no decorrer deste ano. O assunto que me traz à tribuna no período de Comunicações, nesta tarde, é o Cadastro Estadual de Informações para Proteção da Infância e Juventude do Rio Grande do Sul, chamado cadastro de pedófilos. Esta lei teve foi aprovada no dia 05-12-2017, numa iniciativa do Deputado Maurício Dziedricki, que a partir de episódio noticiado pela imprensa, Ver. Paulo Brum, ocorrido em Capão da Canoa, em 2016, que narrava a brutalidade de um sequestro, agressão e estupro de uma criança de cinco anos. Crimes como este ocorrem diariamente, mas nem por isso deixamos de ficar perplexos frente à hediondez do fato. Por isso que, após uma reflexão e muita pesquisa, o Deputado Maurício apresentou este projeto. A dificuldade encontrada na apuração de crimes desta espécie está ligada ao silêncio das vítimas, que, por medo de novas agressões ou por não querer reviver o sofrimento, acabam por não falar. Até porque tais agressões, Ver. Dr. Goulart, não raras vezes são perpetradas por membros da própria família ou amigos muito próximos. Diante disso, a adoção de uma política criminal tendente a evitar tais crimes também resta prejudicada, fato que muito contribui para este triste cenário é a falta de dados compilados em um único cadastro construído e alimentado pelos órgãos de segurança Pública do Estado. Entendemos que um cadastro desses moldes, Ver. Cláudio Janta, além de possibilitar um ponto de partida para as investigações policiais, certamente facilitaria o monitoramento, Ver. Cassiá Carpes, seja pelas autoridades policiais, pelos Conselhos Tutelares, ou até mesmo pelos próprios pais. Saber, hoje, quem são os pedófilos é de suma importância, pois as autoridades e cidadãos poderão realizar um controle e adotar medidas de prevenção, como, por exemplo, uma simples orientação dos pais a seus filhos. Com o cadastro certamente teremos mais chance de prevenir fatos como o acontecido em Capão da Canoa, pois se teve notícia de que o agente já teria praticado outros delitos da mesma espécie. Os Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul têm cadastros operando com o mesmo padrão ora apresentado; em São Paulo está a 4ª Delegacia de Repressão a Pedofilia, especializada nesse tipo de crime, e o cadastro foi utilizado com bastante êxito.

O Sr. Luciano Marcantônio: V. Exa. permite um aparte?

O SR. CASSIO TROGILDO: Com muita honra, eu lhe concedo um aparte.

O Sr. Luciano Marcantônio: Meu colega Ver. Cassio, nós, do PTB, ficamos extremamente orgulhosos do nosso Deputado Estadual, Maurício Dziedricki, por ter capitaneado esse processo tão grave e de reconhecimento nacional que é aprovar o cadastro estadual de pedófilos. Foi uma iniciativa fantástica, tenho certeza que é uma política que vai resolver uma situação gravíssima, que é a pedofilia, que é o abuso que, infelizmente, muitas pessoas sofrem, mas que não têm o braço público protegendo. Parabéns a nós, do PTB, parabéns ao nosso Deputado Estadual Maurício Dziedricki, e

fico feliz com a homenagem, a lembrança que o senhor está fazendo a esta causa tão digna.

O SR. CASSIO TROGILDO: Obrigado, Ver. Luciano, pelo aparte. É importante dizer que, para fins desta lei (Lê.): “entende-se como pedófilos aqueles que tenham contra sua pessoa decisão transitada em julgado em processo de apuração dos seguintes crimes: contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes; crimes previstos na Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que tenham conotação sexual. As pessoas indiciadas pelos crimes do § 1º farão parte do cadastro, a critério das autoridades públicas responsáveis, respeitado o sigilo das investigações policiais, e observado o disposto no inciso I do art. 4º. Art. 2º – O cadastro ficará sob a responsabilidade da Secretaria da Segurança Pública, que regulamentará a criação, a atualização, a divulgação e o acesso ao Cadastro [...] Art. 4º – O Cadastro Estadual de Pedófilos do Estado do Rio Grande do Sul será disponibilizado no *sítio* eletrônico da Secretaria de Estado da Segurança Pública, observado o seguinte: I – qualquer cidadão poderá ter acesso ao Cadastro, relativamente à identificação e foto dos cadastrados, desde que com condenação transitada em julgado e até a reabilitação penal; II – às Polícias Civil e Militar, Conselhos Tutelares, membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, e demais autoridades, a critério da Secretaria da Segurança Pública”.

No dia 31 de janeiro de 2018, a lei, de autoria do Deputado Maurício Dziedricki, no Palácio Piratini, foi sancionada pelo Governador José Ivo Sartori. Estivemos lá presentes representando esta Casa, Ver. Valter Nagelstein, a quem eu quero agradecer, Ver. Cláudio Janta. Eu estive lá representando esta Casa; estiveram também o Ver. Paulo Brum e o Ver. Elizandro Sabino, que está como Secretário de Infraestrutura. Foi uma sanção de muita representatividade. Estiveram lá, dentre diversas outras autoridades, o Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Rio Grande do Sul, o Sr. Jefferson Leon Machado, que ressaltou a importância da lei para a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, destacou o pioneirismo do Estado na área e afirmou que, apesar das muitas dificuldades, hoje o Rio Grande do Sul tem quase 3 mil conselheiros tutelares em todos os Municípios gaúchos. Esteve presente também o representante do Fórum Nacional de Conselhos Tutelares, Sr. Júlio César Fontoura, que também disse que o cadastro possibilitará um ponto de partida para as investigações policiais e facilitará o monitoramento dos criminosos.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassio Trogildo prossigue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. CASSIO TROGILDO: Há uma dificuldade na apuração desses crimes dessa espécie. Há o silêncio da vítima, que, por medo de novas agressões, ou por não querer reviver o sofrimento, acaba por não falar. Dados do Disque 100 mostram que 90% das vítimas de pedofilia são abusadas por parentes ou por alguém que tenha algum tipo de ligação com os familiares da vítima. Para piorar ainda mais esse cenário,

estatísticas mundiais apontam que apenas 10% dos casos são noticiados. Agora, com essa lei, o Rio Grande do Sul passa a fazer parte do conjunto de Estados do Brasil que terá um cadastro, inclusive, com ligação nacional. O objetivo deste período de Comunicações é para que esta Casa Legislativa, os senhores e as senhoras Vereadoras, o público que nos acompanha possam nos auxiliar na divulgação desse cadastro. As denúncias podem ser feitas através do telefone 190 da Brigada Militar, e pelo número 100: Disque Denúncia Direitos Humanos. Ou também procurar o Conselho Tutelar do seu município.

Quero saudar a Juventude do PTB que nesse final de semana fez um mutirão nas praias do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, primeiramente nas praias de Quintão e Pinhal fazendo a divulgação desse cadastro. Estamos na semana pré-carnaval, inclusive quando aumentam as incidências desse tipo de ação. Quero, por fim, registrar e parabenizar a Juventude do PTB que esteve aqui junto com a equipe do gabinete do Dep. Maurício. O trabalho vai continuar no próximo final de semana numa parte do Litoral Norte. Rogo a todos que nos escutam neste momento para que nos auxiliem nessa divulgação.

Neste final do tempo de Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, quero, em nome da nossa bancada, saudar a todos senhores e as senhoras Vereadoras, esta Casa, desejar ao Presidente Valter e para toda a Mesa Diretora um ano de muitas realizações à frente da condução da nossa Casa Legislativa. Que possamos continuar sendo referência de casas legislativas do Rio Grande e também do Brasil.

Não poderia deixar de registrar e agradecer à minha bancada pela condução, neste ano de 2018, à liderança do nosso Partido. Quero agradecer ao Ver. Paulo Brum que, brilhantemente, nos liderou nos últimos dois anos. Também quero agradecer ao Ver. Dr. Goulart, Ver. Luciano Marcantônio pela confiança, Ver. Elizandro Sabino, o Ver. Rafão Oliveira, que normalmente tem assumido aqui como Vereador.

E, por fim, deixo a comunicação de que este ano estaremos compondo a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, fui eleito no dia da nossa posse, presidente da COSMAM, então teremos um trabalho de continuidade, porque a COSMAM, na verdade, fica com praticamente toda a sua composição, Ver. Moisés Barboza, que foi companheiro da COSMAM, que cedeu o lugar para que eu pudesse compor, a quem agradeço – o Ver. Moisés vai estar na CEDECONDH este ano. Então a composição majoritária da COSMAM são Vereadores que já trabalharam, Ver. Paulo Brum, como V. Exa., no ano passado, e, logicamente, teremos à frente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente um trabalho de continuidade, propondo novas pautas. O nosso mandato já tem diversas iniciativas na área do meio ambiente, na área da saúde, e nós, os demais Pares, da COSMAM, também esperamos ter um ano muito produtivo de muito trabalho, com muita proficiência e de realizações com debates aprofundados sobre temas de relevância da nossa Cidade, na área da saúde e do meio ambiente.

Muito obrigado, um bom trabalho a todos e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, com base no art. 57, Inc. X, da Lei Orgânica do Município, requeiro a V. Exa. a convocação do Secretário da SMURB, o Sr. Ramiro Rosário, para prestar esclarecimentos referentes à questão da capina, porque vários Pares usaram a tribuna no dia de hoje e as redes sociais, vir a esta Casa prestar esclarecimentos, já que, desde o ano passado, se fala muito nas capinas nas ruas da cidade de Porto Alegre, no arroio do dilúvio e praças desta Cidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Ver. Cláudio Janta solicito a V. Exa. que entregue o seu Requerimento no protocolo. Obrigado.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e através da TVCâmara. É corriqueiro um governo, quando não consegue resolver seus problemas mínimos, colocar a culpa na Câmara de Vereadores, na Assembleia Legislativa, no Congresso Nacional, colocar a culpa no povo que não entende os seus projetos; é corriqueiro um chefe de família que não cuida do orçamento familiar colocar a culpa nos entes familiares que gastam muita água quando tomam banho, que gastam muita luz quando veem TV, que o ar-condicionado do carro consome gasolina, com a janela aberta é melhor do que o ar-condicionado, que o rádio do carro consome gasolina, chega a esse absurdo porque não cuidam bem das finanças da casa. A gente vê entrarem governos sempre falando da herança maldita do governo passado, mas nunca vê procurarem soluções. As soluções geralmente dos governos, em 99% deles, é aumentar impostos. Esta Casa discutiu, no ano passado, e numa das vezes até no apagar das luzes, a questão do aumento do IPTU. É aumento, sim. Oitenta por cento da população de Porto Alegre ia ter aumento no seu IPTU. Isso foi comprovado porque, quando a gente fala, sempre tem uma contestação, não, não ia ser, mas aí os grandes meios de comunicação de Porto Alegre começaram a falar desse aumento, começaram a provar que 80% da população ia ter aumento. Aí, na semana passada, os jornais, a televisão, mostraram o que está acontecendo em cidades que disseram que só estariam corrigindo a planta do IPTU: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, onde as pessoas saíram de um IPTU de cento e poucos reais, R\$ 200,00, para até R\$ 3 mil. Houve também acréscimo na taxa de lixo em alguns Municípios. Isso iria acontecer aqui em Porto Alegre! Acho que esta Casa, sabiamente, rejeitou, por duas vezes, esse projeto. Não se furta a discutir, não se furta a montar uma comissão especial, a usar as comissões da Casa para discutir, porque nunca foi provado para nós a questão do IPTU, que as pessoas não iriam pagar mais IPTU. Nunca foi provado. Nunca se viu um totem nesta Casa, ou em algum lugar de Porto Alegre, mostrando como ia ficar o IPTU para a população. Assim como em outras coisas, é preciso haver transparência no Município de Porto Alegre, uma clara transparência. A questão do ITBI, que a Prefeitura tem milhões para receber nas transferências dos imóveis; assim como créditos que a Prefeitura tem para receber de impostos de vários credores e não recebe. Acho que antes de onerar a população, a Prefeitura tem que fazer

o que todo mundo faz, desde o seu Zé, do armazenzinho lá do bairro, da fruteira, do ferro-velho, até o grande empresário: ir cobrar de quem está lhe devendo, e não ficar aumentando produto na prateleira, porque não vai vender. Eu acho que essa é a grande lição que ficou do ano passado. O que faltou, o ano passado, à Prefeitura de Porto Alegre, foi respeitar os Poderes, principalmente este Poder, principalmente esta Casa. Esta Casa são 36 pessoas eleitas, como o Prefeito, pelo voto popular, representando, cada um, uma parcela da população de Porto Alegre. Então, tem que ter muito diálogo, muita conversa, a política é a arte do diálogo, a política é a arte de conversar, é a arte de ouvir a todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 3045/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 342/17, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, que estabelece diretrizes a serem observáveis pelos órgãos e pelas entidades da Administração Municipal, Direta e Indireta, nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos e dispensa o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no país que se destinem a fazer provas nesses órgãos e entidades.

PROC. Nº 3049/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 343/17, de autoria do Ver. José Freitas, que institui o Sistema Colaborativo de Recarga do Cartão do Sistema de Transporte Integrado (TRI) no Município de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, nesta tarde temos apenas dois projetos que estão em 1º Sessão de Pauta, um deles, o PLL nº 342/17, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, e o PLL nº 343/17, de autoria do Ver. José Freitas. É importante, para quem nos assiste, informar que as sessões de Pauta, 1ª e 2ª, são o primeiro momento para publicizar os projetos. Eles são apregoados, vão para o site da Câmara, e neste período vêm para discussão, tanto que se chama Discussão Preliminar de Pauta. Nós temos alguns Vereadores aqui na Casa que são especialistas ou normalmente discutem a Pauta, e começarei a me associar a esse conjunto de Vereadores, porque acho que esse não é o momento, ainda, de fazer mérito, mas de

começar a formar posição e a ter ciência do projeto que está tramitando. Pois vejamos, o PLL nº 342/17, estabelece diretrizes a serem observadas pelos órgãos e pelas entidades da Administração Municipal, e, inclusive, dispensa o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no País que se destinem a fazer prova nesses órgãos e entidades. Busca este projeto, Ver. Valter Nagelstein, nosso Presidente, primeiro, a presunção da boa-fé, sem deixar o rigor de ter-se certeza de que os documentos condizem com os originais, e por isso que o projeto de lei estabelece que fica dispensado o reconhecimento de firma, mas que em havendo dúvida fundamentada quanto à autenticidade, poderá ser exigido documento original ou a cópia autenticada. O Executivo Municipal poderá regulamentar esse processo de autenticação administrativa simplificada, até porque os servidores públicos têm essa condição da fé pública para, justamente, atestarem a autenticidade desses documentos. Então eu queria, sem juízo definitivo ainda, parabenizar o Ver. Ricardo Gomes por essa iniciativa que está dentro do conceito de desburocratização do serviço público, Ver. Cláudio Janta, que tanto buscamos no Município de Porto Alegre, no Estado e também na União.

E o segundo projeto, que está correndo em 1ª Sessão de discussão preliminar de Pauta, é um projeto do Ver. José Freitas que institui o sistema colaborativo de recarga do sistema de Transporte Integrado – Tri, no Município de Porto Alegre. Então o que o Vereador está propondo é que, através dessa criação colaborativa, possa ser descentralizada a realização das recargas do cartão Tri. Para implementação dessa lei o Município estabelecerá parcerias com farmácias, drogarias, casas lotéricas, bancas de jornais, revistas, bares e restaurantes, uma outra iniciativa que, se na análise do mérito não tiver nenhum óbice, do ponto de vista da sua aplicabilidade, é uma iniciativa muito positiva.

Também quero parabenizar o Ver. José Freitas, porque leva essa recarga do cartão Tri para uma condição de conveniência, próximo de onde o cidadão está, justamente, podendo a recarga ser realizada em estabelecimentos que prestam um trabalho de conveniência, ou seja, próximos ao cidadão. Nós temos diversas farmácias, casas lotéricas, bancas de revistas, bares e restaurantes na Cidade – isso já é feito para recarga da telefonia móvel. Que bom que tenhamos uma avaliação positiva dessa iniciativa e que ela possa virar, então, uma condição no nosso Município de Porto Alegre.

Muito obrigado, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Agradeço a todos. Quero agradecer especialmente ao apoio, às nossas taquígrafas, ao nosso pessoal do som, à nossa imprensa, à segurança da Casa, à Diretoria Legislativa, às assessorias dos Vereadores, à nossa Copa, aos meninos que atendem ao Presidente e aos Vereadores. A todos os senhores muito obrigado, que tenhamos um bom ano, um ano profícuo.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h37min.)

* * * * *